



**FACULDADE PROCESSUS
ESCOLA DA MAGISTRATURA DO DISTRITO FEDERAL**

LUANA GARCIA MARANHÃO

**DIREITO A ALIMENTOS DA COMPANHEIRA, INCLUINDO OS GRAVÍDICOS,
APÓS O ROMPIMENTO DA UNIÃO HOMOAFETIVA**

Brasília
2015

LUANA GARCIA MARANHÃO

**DIREITO A ALIMENTOS DA COMPANHEIRA, INCLUINDO OS GRAVÍDICOS,
APÓS O ROMPIMENTO DA UNIÃO HOMOAFETIVA**

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de pós-graduação lato sensu em Direito Civil da Escola de Magistratura do Distrito Federal, em parceria com a Faculdade Processus, para obtenção do título de Especialista.

Orientador(a): Dra. Juliana Zappalá Porcaro Bisol.

Brasília
2015

LUANA GARCIA MARANHÃO

**DIREITO A ALIMENTOS DA COMPANHEIRA, INCLUINDO OS GRAVÍDICOS,
APÓS O ROMPIMENTO DA UNIÃO HOMOAFETIVA**

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de pós-graduação lato sensu em Direito Civil da Escola de Magistratura do Distrito Federal, em parceria com a Faculdade Processus, para obtenção do título de Especialista, sob a orientação do prof. Juliana Zappalá Porcaro Bisol.

Brasília, ____ de ____ de 2015.

Banca Examinadora:

Juliana Zappalá Porcaro Bisol
Orientador
ESMAGI/Processus

Examinador
ESMAGI/Processus

Examinador
ESMAGI/Processus

RESUMO

A presente monografia trata da união homoafetiva e seus efeitos jurídicos, tendo como tema central o direito a alimentos, incluindo os alimentos gravídicos, da companheira, após o rompimento da união estável homoafetiva. O deferimento de alimentos gravídicos à companheira homossexual é tema polêmico, tendo em vista o tratamento desigual, dado pelo sistema normativo brasileiro. Para o desenvolvimento deste trabalho, efetuou-se a análise dos vários direitos adquiridos pelos homossexuais após decisões dos Tribunais Superiores a respeito do tema. Ainda, efetuou-se a análise dos fundamentos constitucionais do direito das famílias e do direito à prestação alimentícia da companheira. Concluiu-se que a legislação que regula a união estável deve ser interpretada de forma expansiva e igualitária, permitindo que uniões homoafetivas tenham o mesmo regime jurídico protetivo conferido aos casais heterossexuais, trazendo efetividade e concreção aos princípios da dignidade da pessoa humana, da não discriminação, igualdade, liberdade, solidariedade, autodeterminação, proteção das minorias, busca da felicidade e ao direito fundamental e personalíssimo à orientação sexual, e que é necessário a utilização dos princípios da analogia e da dignidade da pessoa humana para se alcançar um entendimento mais humana e social em relação ao deferimento de alimentos gravídicos à companheira após o fim da união estável homoafetiva, a fim de se afastar a visão machista e positivista ainda existente em nossa sociedade em pleno século XXI.

Palavras-chave: União estável homossexual; alimentos gravídicos; dignidade da pessoa humana; igualdade.

ABSTRACT

This monograph deals with the homosexual union and its legal effects, with the central theme of the right to food, including food gravidic, companion, after the disruption of stable homosexual union. The differing gravidic food to the homosexual partner is a contentious issue, with a view to unequal treatment, given by the Brazilian regulatory system. To develop this work, we performed the analysis of the various entitlements of homosexuals after decisions of the Superior Courts on the subject. Still, it performed the analysis of the constitutional foundations of the right of families and the right to food provision companion. It was concluded that the legislation governing the common-law marriage must be interpreted expansive and equitable manner, allowing homoafetivas unions have the same protective legal status granted to heterosexual couples, bringing effectiveness and concreteness to the principles of human dignity, non-discrimination, equality, freedom, solidarity, self-determination, protection of minorities, the pursuit of happiness and the fundamental and personal right to sexual orientation, and that the use of the principles of analogy and human dignity is necessary to achieve a more human understanding and social in relation to differing food gravidic the companion after the end of homosexual stable union in order to get away from the macho vision and positivist still existing in our society in the XXI century.

Keywords: homosexual marriage; gravidic food; human dignity; equality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 UNIÃO HOMOAFETIVA E SEU RECONHECIMENTO COMO INSTITUTO JURÍDICO	9
1.1 RECONHECIMENTO DA UNIÃO HOMOAFETIVA COMO ENTIDADE FAMILIAR.....	9
1.2 A INEGÁVEL OMISSÃO LEGISLATIVA.....	11
1.3 EFEITOS CIVIS DECORRENTES DA UNIÃO ESTÁVEL ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO	13
1.4 AS RELAÇÕES ENTRE HOMOSSEXUAIS ENQUANTO UNIÃO DE FATO NO DIREITO COMPARADO.....	17
1.4.1 Na ordem jurídica portuguesa	17
1.4.2 Na ordem jurídica espanhola	18
1.4.3 Na ordem jurídica francesa	19
1.4.4 Na ordem jurídica italiana.....	19
1.4.5 Na ordem jurídica alemã	19
2 FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO DAS FAMÍLIAS	22
2.1 PRINCÍPIO DA LIBERDADE NA ORIENTAÇÃO SEXUAL.....	22
2.2 PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	23
2.3 PRINCÍPIO DA NÃO DISCRIMINAÇÃO EM RAZÃO DO SEXO.....	25
2.4 PRINCÍPIO DA AFETIVIDADE.....	26
3 DIREITO A ALIMENTOS DA COMPANHEIRA, INCLUINDO OS GRAVÍDICOS, APÓS O ROMPIMENTO DA UNIÃO HOMOAFETIVA	27
3.1 DIREITO À PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA.....	27
3.2 ESPÉCIES DE ALIMENTOS NO DIREITO CIVIL.....	28
3.3 FIXAÇÃO DE ALIMENTOS.....	32
3.4 CARACTERÍSTICAS DOS ALIMENTOS	32
3.4.1 Caráter personalíssimo	33
3.4.2 Irrenunciabilidade	33
3.4.3 Atualidade	35
3.4.4 Imprescritibilidade	35
3.5 PRESSUPOSTOS DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR	36
3.6 DEVER ALIMENTAR ENTRE CÔNJUGES E EX-CÔNJUGES E COMPANHEIROS E EX-COMPANHEIROS	37

3.7. DIREITO A ALIMENTOS DO COMPANHEIRO APÓS O FIM DA UNIÃO HOMOAFETIVA.....	40
3.8 LEI 11.804/2008, A LEI DOS ALIMENTOS GRAVÍDICOS	43
3.9 DIREITO A ALIMENTOS GRAVIDICOS NA UNIÃO HOMOAFETIVA FEMININA.	47
CONCLUSÃO.....	55
REFERÊNCIAS	58

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto a análise jurídica do direito a alimentos, incluindo os alimentos gravídicos, da companheira, após o rompimento da união homoafetiva feminina, e como objetivos: institucional, produzir uma monografia jurídica como requisito básico, para obtenção do título de pós-graduação pela Escola da Magistratura do Distrito Federal e Faculdade Processus; geral, examinar doutrinariamente questões relativas às uniões estáveis entre casas homossexuais; específicos, analisar a possibilidade jurídica do pedido de alimentos, incluindo os gravídicos, da companheira, após o rompimento da união estável homoafetiva.

Esta pesquisa é importante para mim, no sentido de acreditar plenamente na possibilidade de constituição de várias formas de entidades familiares, tendo em vista o afeto, o carinho e respeito mútuo existente entre os pares e demais membros da família, e na importância de se igualar direitos, independente da orientação sexual de cada ser humano. Já para a sociedade, é importante haver o reconhecimento de indefinidas formas de constituição de família, levando em conta, primordialmente, a afetividade, assim, o Estado deve proteger, e conceder direitos, de modo igualitário, a todos os arranjos familiares construídos pelo afeto.

O tema é atual e relevante não apenas juridicamente, mas também para a sociedade, pois afronta aspectos conservadores e machistas ainda existente em nossa sociedade.

A pesquisa foi desenvolvida tendo como base a seguinte hipótese: sendo a união homoafetiva reconhecida como entidade familiar pela atual jurisprudência dos Tribunais Superiores, seria possível a concessão de alimentos, em especial os gravídicos, à companheira homoafetiva, após o rompimento da união estável, tendo em vista a inegável omissão legislativa.

O trabalho foi dividido em três capítulos: No primeiro capítulo, versar-se-á sobre o reconhecimento da união homossexual como entidade familiar e seus efeitos jurídicos. No segundo capítulo, versar-se-á sobre os princípios constitucionais do Direito das Famílias. No terceiro e último capítulo, abordar-se-á o direito à prestação alimentícia, espécies de alimentos, pressupostos da obrigação alimentar, direitos a alimentos da companheira, incluindo os gravídicos, na união homoafetiva feminina.

Quanto à metodologia empregada, registra-se, na fase de investigação foi utilizado o método indutivo, na fase de tratamento de dados o método cartesiano, e, o relatório dos resultados expresso na presente dissertação é composto na base lógica indutiva.

Foram utilizadas pesquisas bibliográficas e documentais, com foco nos entendimentos jurisprudenciais dos Tribunais Superiores acerca do tema.

Por último, apresentar-se-ão as considerações finais com breve síntese de cada capítulo e demonstrar-se-á se a hipótese foi ou não confirmada.

1 UNIÃO HOMOAFETIVA E SEU RECONHECIMENTO COMO INSTITUTO JURÍDICO

1.1 RECONHECIMENTO DA UNIÃO HOMOAFETIVA COMO ENTIDADE FAMILIAR

A legislação fluminense¹, desde 2007, equipara à condição de companheira ou companheiro os parceiros homoafetivos que mantenham relacionamento civil permanente, desde que devidamente comprovado, aplicando-se, para configuração deste, no que couber, os preceitos legais incidentes sobre a união estável de parceiros de sexos diferentes. Nessa forma, em relação aos direitos previdenciários, há uma lei que confere aos companheiros homoafetivos o reconhecimento jurídico da sua união.

Tendo em vista o número de processos que pugnavam pelo reconhecimento da união entre homossexuais como modalidade de família, a Ministério Público Federal ajuizou ação direta de inconstitucionalidade questionando a constitucionalidade do art. 1.723 do Código Civil, o qual estabelece: “É reconhecida como entidade familiar a união estável entre homem e mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura, estabelecida com o objetivo de constituição de família.” (BRASÍL, 2002).

Conforme discorrido nas razões da mencionada ação, tal dispositivo seria inconstitucional por fazer referência à diversidade de sexos como requisito para o reconhecimento da união estável, argumentação que foi parcialmente acolhida pelo Supremo Tribunal Federal, que considerou que o artigo se encontra condicionado à sua interpretação conforme à Constituição.

A decisão do STF expandiu o instituto da união estável, na medida em que entendeu a expressão “homem e mulher”, inserida no art. 1.723, como exemplificativa, justificando a permissão de se reconhecer como união estável as relações entre dois homens e duas mulheres.

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento conjunto da ADPF nº 132/RJ e da ADI nº 4.277/DF, conferiu ao art. 1.723 do Código Civil de 2002 interpretação conforme à Constituição para dele excluir todo significado que impeça o reconhecimento da união contínua, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar,

¹ Lei Estadual nº 5.034/2007, Art. 1º, que acrescentou ao art. 29 da Lei nº 285, de 03 de dezembro de 1979 (Lei que dispõe sobre o regime previdenciário dos servidores públicos do Estado do Rio de Janeiro), o seguinte parágrafo: § 7º-“Equiparam-se à condição de companheira de que trata o inciso I deste artigo, os parceiros homoafetivos, que mantenham relacionamento civil permanente, aplicando-se, para configuração deste, no que couber, os preceitos legais incidentes sobre a união estável entre parceiros de sexos diferentes”.

entendida esta como sinônimo perfeito de família. Assim, tal reconhecimento deve ser feito segundo as mesmas regras e as mesmas consequências da união estável heteroafetiva.

A decisão da Suprema Corte concluiu que o sexo das pessoas, salvo expressa disposição constitucional em contrário, não se presta como fator de desigualação jurídica. O art. 3º, inciso IV, da Constituição Federal, explicita a vedação de tratamentos discriminatórios ou preconceituosos ou desigualitários que, se intentado pelas pessoas ou pelo próprio Estado, passa a colidir frontalmente com o objetivo constitucional de “promover o bem de todos”, texto no citado artigo. (BRASIL, 2011).

Na sua categórica vedação ao preconceito, o texto constitucional nivela o sexo à origem social e geográfica das pessoas, à idade, à raça e à cor da pele de cada um, ou seja, o sexo nada tem a ver com o merecimento ou o desmerecimento inato das pessoas, pois não há mais ou menos dignidade no fato de ter nascido homem ou mulher.

A liberdade sexual do ser humano somente deixaria de se inscrever no âmbito da incidência do art. 5º, § 1º, inciso x, da CF/88, se houvesse enunciação constitucional em sentido diverso, o que não ocorre.

A Constituição Federal de 1988 proíbe, de modo veemente e expreso, o preconceito em razão de sexo ou da diferença entre os sexos feminino e masculino. Essa proibição nivela o fato de ser homem ou mulher às contingências da origem social e geográfica das pessoas, assim como a cor, idade, raça, na acepção de que nenhum desses fatores se coloca como merecedor ou desmerecedor de qualquer ser humano.

A CF/88 não faz nenhuma diferenciação entre a família formalmente constituída e aquela existente entre casais homoafetivos. Nesse ponto, cumpre trazer trecho do acórdão proferido na ADPF n. 132/RJ que consignou:

A nossa Magna Carta não emprestou ao substantivo “família” nenhum significado ortodoxo ou da própria técnica jurídica, recolheu-o como o sentido coloquial praticamente aberto que sempre portou como realidade do mundo do ser. (BRASIL, 2011).

A decisão do Supremo Tribunal Federal, por ter efeitos erga omnes, beneficia todos os casais homossexuais que constituam uma relação pública contínua, duradoura e com o objetivo de constituir família, assim, o efeito vinculante da decisão vincula todos os juízes e tribunais no sentido de conferir a essas relações os direitos decorrentes da união estável.

Segundo o voto do relator da ADPF N. 132/RJ, Ministro Ayres Britto, não há que se falar em aplicação analógica das regras da união estável heteroafetiva à união homoafetiva, o que o Supremo Tribunal Federal determinou foi que o instituto da união estável se aplica à união entre pessoas do mesmo sexo da mesma maneira que se aplica à união entre pessoas de sexos opostos.

Nesse ponto, cumpre trazer trecho do voto do relator que consignou:

No mérito, julgo procedente as duas ações em causa. Pelo que dou ao art. 1.723 do Código Civil interpretação conforme à Constituição para dele excluir qualquer significado que impeça o reconhecimento da união contínua, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar, entendida esta como sinônimo perfeito de família. Reconhecimento que é feito segundo as mesmas regras e com as mesmas consequências da união estável heteroafetiva. (BRASIL, 2011).

No entanto, apesar do reconhecimento da união homoafetiva pelo Supremo Tribunal Federal e dos avanços relativos à proteção da família, o Código Civil vigente ainda deixa essa questão sem o devido amparo legal. O exemplo dessa problemática é a falta de previsão para as uniões entre pessoas do mesmo sexo presentes na realidade social brasileira.

1.2 A INEGÁVEL OMISSÃO LEGISLATIVA

Apesar de preservar o entendimento da Constituição Federal no que tange ao reconhecer como entidade familiar aquela que se origina com o casamento, a união estável entre homem e mulher e a formada por qualquer dos pais e seus descendentes, ou seja, a monoparental.

O Código Civil de 2002, em seu art. 1.552, destaca a função social da família, e regulamenta que o casamento deve estabelecer uma comunhão plena de vida entre os cônjuges, no entanto, exige de forma expressa a diversidade de sexos por entender que a diferença de sexos constitui requisito natural do casamento, a ponto de serem consideradas inexistentes as uniões homoafetivas. Sendo assim, apesar do entendimento jurisprudencial, a legislação ainda não inclui as uniões homoafetivas como entidade familiar.

As relações homossexuais existem na sociedade contemporânea, e com números visivelmente crescentes. A união homoafetiva é dotada de todos os requisitos que caracterizam a união estável entre homem e mulher, logo, possui caráter duradouro, estável e público, e ainda estabelece a comunhão plena de vida entre os cônjuges, dessa forma, deveria estar inserida na norma.

Diante da evolução dos costumes que reflete diretamente nas relações interpessoais, não é possível tapar os olhos da justiça e ignorar a existência de relacionamentos que já estão incorporados à estrutura social contemporânea.

No Brasil, não existem leis que assegurem direitos às uniões dessa espécie. Os pares homossexuais são tratados como sócios e não como cônjuges de fato. A doutrina defende suas teses e demonstra que é possível e necessário amparar essas novas entidades que buscam o reconhecimento como família.

A maioria dos doutrinadores do Direito das Famílias entende que essa omissão legislativa é uma ofensa aos direitos fundamentais de igualdade e da liberdade, bem como ao princípio fundamental da dignidade da pessoa humana.

Sustenta Maluf (2010, p. 144):

A proteção contra as arbitrariedades do Estado é um direito dos cidadãos. Com a afirmação do chamado Estado Social de Direito, alçado numa sociedade livre, justa, pluralista, solidária, que se propõe isenta de preconceitos, valorizar a busca da justiça social, com a afirmação dos chamados direitos sociais, pois entendemos que a livre expressão da sexualidade encontra-se elencada, embasada está no princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.

Ainda que se conceitue família como uma relação interpessoal entre um homem e uma mulher, tendo por base o afeto, necessário reconhecer que há relacionamentos que, mesmo sem a diversidade de sexos, são cunhados também por um elo de afetividade.

Os relacionamentos afetivos, independentemente da identificação do sexo do par, se formados por homens e mulheres, ou só por mulheres, ou só por homens, são alvo de proteção, em razão da imposição constitucional do respeito à dignidade da pessoa humana.

As uniões entre pessoas do mesmo sexo, mesmo que não previstas de modo expresse na Constituição e na legislação infraconstitucional, existem e fazem jus à tutela jurídica. A ausência de regulamentação impõe que as uniões homoafetivas sejam identificadas como entidades familiares, pois tem como fundamento de constituição o mesmo alicerce presente nas demais, o afeto.

A ausência de leis, o conservadorismo do Judiciário, fato que tem se modificado nos últimos tempos, e preconceitos de ordem moral não podem levar à omissão do Estado nem servir de justificativa para negar direitos aos relacionamentos afetivos que não têm a diferença de sexo como pressuposto.

É absolutamente discriminatório afastar a possibilidade de reconhecimento das uniões homossexuais na lei e na Constituição Federal. São relacionamentos que surgem de um

vínculo afetivo, geram o enlaçamento de vidas com desdobramentos de caráter pessoal e patrimonial, estando a reclamar inserção no âmbito jurídico.

Apesar da decisão do Supremo Tribunal Federal concedendo aos casais homoafetivos os mesmos direitos decorrentes da união estável entre casais heterossexuais, ainda há decisões de tribunais estaduais que classificam como juridicamente impossível as ações que tenham por fundamento uniões homossexuais e os efeitos dela decorrentes ante a falta de previsão legal expressa.

A falta de previsão legal para resolver a questão dos relacionamentos homossexuais deixa uma lacuna no ordenamento jurídico brasileiro, que obriga os operadores do direito a recorrerem; nos termos do art. 4º da LICC; à analogia e jurisprudências, invocando os princípios constitucionais de liberdade e igualdade, e outros implícitos na Carta Magna, pois a tutela jurisdicional do Estado aos direitos da pessoa humana deve ser aplicada a todos sem distinção, de modo que a opção sexual deve ser vista como mero diferencial particular a cada um ao invés de objeto de discriminação e descaso do legislador.

Nesse ponto, afirma Dias (2007, p. 186):

Na presença de vazios legais, a plenitude do reconhecimento de direitos deve ser implementada pelo juiz, que não pode negar proteção jurídica nem deixar de assegurar direitos sob a alegação de ausência da lei. Precisa assumir sua função criadora do direito. Preconceitos e posturas discriminatórias, que tornam silenciosos os legisladores, não devem levar também o juiz a calar.

A questão dos direitos decorrentes da união estável entre pessoas do mesmo sexo foi ignorada pelo legislativo brasileiro, em uma postura discriminatória, pois a omissão, nesse caso, ocorreu apesar dos inúmeros projetos de lei propostos sobre o tema. A regulamentação da união homoafetiva significa a inclusão, no ordenamento jurídico, de uma situação já existente e merecedora de relevância.

1.3 EFEITOS CIVIS DECORRENTES DA UNIÃO ESTÁVEL ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO

Após o julgamento conjunto da ADPF N. 132/RJ e da ADIN n. 4.277/DF, cuja decisão conferiu ao art. 1.723 do Código Civil de 2002 interpretação conforme à Constituição para dele excluir todo significado que impeça o reconhecimento da união contínua, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar.

O reconhecimento se deu com as mesmas regras e com as mesmas consequências da união estável heteroafetiva, devem ser conferidos à união estável entre pessoas do mesmo sexo direitos sucessórios, a alimentos, à partilha de bens, direitos previdenciários, concessão de visto permanente a companheiro estrangeiro, concessão de benefícios decorrentes do reconhecimento de dependência em plano de saúde ou no Imposto de Renda, entre outros. (BRASIL, 2011).

Os efeitos patrimoniais que se refletem nas uniões homoafetivas são previstos em projetos e julgados que buscam ampliar os direitos ora vistos como societários por não reconhecer nelas a entidade familiar resguardada pelo Direito das Famílias.

Embora não haja legislação específica, as decisões relativas ao patrimônio, principalmente quando da sua dissolução, tem sido favoráveis no reconhecimento dos direitos aos companheiros em uma relação homossexual, entretanto, o fundamento para a concessão ao direito de partilha dos bens ainda passa por uma dicotomia.

De um lado, há o entendimento consolidado pela súmula 380 do STF, de que as uniões homoafetivas constituem uma sociedade de fato, enquanto de outro, está o entendimento da jurisprudência pautado nos princípios constitucionais da igualdade, da legalidade e da justiça, que diante do pluralismo familiar reconhece a união homoafetiva, desde que duradoura e geradora de patrimônio fruto do esforço comum, os direitos patrimoniais. Há vários julgados dos tribunais do estado e tribunais superiores que reconhecem que o afeto é o elemento formador da família.

O Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) há tempos admite a possibilidade de concessão de benefício previdenciário às pessoas que convivem em relação homoafetiva. Em 25 de junho de 2000, a Instrução Normativa nº 25 (fundamentada na ação civil pública nº 200071000093470), pacificou o entendimento de que deve ser assegurado o amparo necessário à subsistência dos conviventes, independentemente de ser uma relação homossexual, conforme o art. 2º desse dispositivo: “A pensão por morte e o auxílio-reclusão requeridos por companheiro ou companheira homossexual, reger-se-ão pelas rotinas disciplinadas no capítulo XII da IN INSS/DC nº 20, de 18.05.2000.” (BRASIL, 2000).

Mesmo porque se os companheiros da união estável são dependentes e em caso de morte é assegurado o benefício previdenciário citado, não cabe tratamento diferenciado aos relacionamentos homossexuais estáveis, pois esses merecem respeito ao direito personalíssimo de suas orientações sexuais.

Nas palavras do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Humberto Gomes de Barro, no Resp 238715/RS: “O homossexual não é cidadão de segunda categoria. A opção ou condição sexual não diminui direitos e, muito menos, a dignidade da pessoa humana.”

Em relação à sucessão hereditária, quando ocorre a morte de um dos companheiros homossexuais começam as controvérsias a respeito dos direitos de sucessão. A doutrina e os tribunais têm se dividido em dois entendimentos, já que não há legislação que possa unificar as decisões.

Dias (2007, p. 19) demonstra sua opinião no que se refere ao não reconhecimento do companheiro homoafetivo no direito sucessório:

Tais soluções, cabe repetir, geram um descabido beneficiamento dos familiares distantes, que normalmente rejeitam, rechaçam e ridicularizam a orientação sexual do de cujus. De um outro lado, na ausência de parentes, a solução leva a um resultado ainda mais injusto. A herança é recolhida ao Estado pela declaração de vacância, em detrimento de quem deveria ser reconhecido titular dos direitos hereditários.

A vertente majoritária exclui da condição de herdeiro o companheiro que viveu durante toda a vida com o falecido, em virtude do não reconhecimento da união homoafetiva como entidade familiar, todavia, inspirada na sociedade de fato, garante a meação ao companheiro sobrevivente, basta que seja comprovada a contribuição direta ou indireta deste para a formação do patrimônio que estará assegurado o direito a metade dos bens ou equivalente proporcional à contribuição.

Em contrapartida, é inevitável que depois de toda uma comunhão de vida, constituída sobre a égide do amor, o cônjuge sobrevivente tenha direito a parte do patrimônio que arduamente construíram juntos.

Por analogia, os efeitos jurídicos da união estável são invocados para enquadrar o companheiro na sucessão hereditária, desde que comprovada a solidez da união entre os conviventes. Como reconhece o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul ao negar provimento ao agravo interposto por irmãs de uma mulher homossexual requerendo a herança que, por direito, foi designada a companheira. (BRASIL, 2003).

Em relação aos alimentos, obrigação que está diretamente ligada ao princípio da dignidade da pessoa humana, os julgados ainda se divergem, pois de um lado está o entendimento de que o relacionamento homossexual não está amparado pelas leis que regulam as relações extrapatrimoniais, portanto não há que se falar em obrigação alimentícia.

Outros, porém, sustentam a ideia de que havendo um relacionamento com uma assistência econômica mútua dentro da entidade familiar, tendo em vista que os alimentos são formas de garantir a subsistência daqueles que não tenham meios de prover o próprio sustento, é um meio de erradicar a pobreza e a marginalização social, contudo, não são apenas aqueles indispensáveis ao sustento, mas também referentes ao vestuário, habitação, assistência médica, instrução e educação, caberá direito a alimentos independentemente da estrutura do modelo familiar.

Se as relações homossexuais também se pautam no afeto, assim como as relações heterossexuais, não se pode distinguir os dois tipos de relação para fins de efeitos alimentícios. Dessa forma, o reconhecimento do direito a alimentos na relação homoafetiva também é possível desde que comprovada a existência da união estável.

Assim, os julgados que entendem pela possibilidade jurídica do pedido de alimentos pelo companheiro após o fim da união homoafetiva têm sustentado que é necessário haver prova suficiente de que, durante a constância da união estável, existiu relação de dependência entre as partes, bem como há o dever de comprovar nos autos do processo que a parte precisa da prestação alimentar.

Em relação à adoção, o reconhecimento da união estável entre homossexuais implica ainda a obtenção, pelos companheiros, do direito à adoção conjunto, à adoção unilateral e à conversão da união estável em casamento.

Nesse ponto, ocorre que a decisão do Supremo Tribunal Federal tratou da união estável entre homossexuais, mas não do casamento, e nem o Código Civil, nem a Constituição Federal previram expressamente o requisito da diversidade de sexos para viabilizar o casamento. Assim, ocorre que, em relação ao matrimônio, sem união estável precedente, não há que se falar em vinculação à decisão do Supremo Tribunal Federal.

No caso de recusa do cartório em processar a habilitação para o casamento, os interessados deverão ajuizar ações reivindicando o direito de se casar com fundamento nos princípios da igualdade e da liberdade.

No que concerne à adoção, é importante esclarecer que não há qualquer proibição de uma pessoa homossexual adotar sozinha uma criança ou adolescente, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente não faz qualquer referência à orientação sexual como critério que impeça a adoção.

É importante frisar que a decisão do Supremo Tribunal Federal não fez ressalvas, estabeleceu que a união estável entre pessoas do mesmo sexo deve seguir as mesmas regras da

união heterossexual, sendo comprovada a união estável, casais homossexuais e heterossexuais poderão adotar, conjunta ou unilateralmente.

1.4 AS RELAÇÕES ENTRE HOMOSSEXUAIS ENQUANTO UNIÃO DE FATO NO DIREITO COMPARADO

1.4.1 Na ordem jurídica portuguesa

Em 2001 foi a vez do Parlamento português aprovar uma lei relativa à união de fato heterossexual ou homossexual, a Lei nº 7/2001, de 11 de maio. Esta é, em boa parte, uma mera enunciação das medidas jurídicas que, apesar de não constarem de um corpo legislativo autônomo, vigoravam já no ordenamento português.

Para além da proteção dada, de forma direta, aos conviventes em uniões de fato, o legislador acautelou os membros de uniões de tipo assistencial, através da Lei nº 6/2001, de 11 de maio. A aplicação cumulativa dos dois diplomas legislativos não se mostrou incompatível.

Face ao ordenamento jurídico português, as dúvidas não devem subsistir, já que a Lei nº 7/2001, de 11 de maio, que adaptou medidas de proteção das uniões de fato, não fez depender a qualificação da relação da orientação sexual dos seus membros.

O seu objetivo primacial consistiu exatamente na equiparação do tratamento dado às relações de convivência hetero e homossexuais, revogando uma lei que, diversamente, tutelava somente as primeiras.

Já previamente à entrada em vigor da Lei nº 7/2001 era claro que duas pessoas do mesmo sexo pudessem conviver em condições análogas às dos cônjuges, mesmo que perante uma ordem jurídica onde não fosse prevista a possibilidade de elas contraírem matrimônio.

Esta convicção baseava-se essencialmente na analogia requerida e não na identidade, bem como na necessidade que os conviventes homossexuais, afastados, independentemente da sua vontade, do acesso ao matrimônio, sentiam proteção jurídica, tão legítima quanto aos dos conviventes heterossexuais e em tudo similar, ambos capazes de terem uma comunhão de vida, baseada em laços de amor.

A Lei nº 32/2006 veio reforçar esse entendimento, reconhecendo, no art. 6º, como seus beneficiários, as pessoas que, sendo de sexos diferentes, vivam em condições análogas às dos cônjuges há pelo menos dois anos.

1.4.2 Na ordem jurídica espanhola

Em 2005, o legislador espanhol emanou uma Lei² de abertura do matrimônio entre duas pessoas do mesmo sexo. A Espanha tornou-se o terceiro país da União Europeia a eliminar da sua ordem jurídica a igualdade de sexo dos nubentes como causa de impossibilidade jurídica para a contração de matrimônio.

É muito curiosa esta atuação, pois não só foi um dos primeiros países a permitir que duas pessoas homossexuais se vinculassem pelos laços do casamento, como o fez diretamente, isto é, sem ter passado por qualquer estágio intermediário a nível estatal.

Ainda não houve consenso para a aprovação de uma lei reguladora da convivência, passo que, via de regra, precede a consagração do casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Contudo, devido ao fenômeno plurilegislativo vigente na Espanha, diversas eram já as regiões autônomas a possuírem legislação aplicável à união de fato entre heterossexuais e homossexuais, o que pode ajudar a compreender esta atuação.

Apenas o legislador da Catalunha, primeiro a emanar um diploma específico aplicável a esta realidade, subdividiu a lei em duas seções autônomas, a primeira destinada aos conviventes heterossexuais, e a segunda aos homossexuais. No entanto, acabou, apesar das exceções, por atribuir, em geral, um tratamento idêntico a ambos.

Apesar de a homossexualidade não constituir um impedimento à contração do matrimônio no Estado, e muitas comunidades autônomas terem adotados leis que disciplinam a convivência entre homossexuais, não existe, a nível nacional, um diploma unitário que discipline as relações de convivência, sejam essas formadas por pessoas de sexo oposto ou por pessoas do mesmo sexo.

² Lei nº 13, de 1 de julho de 2005.

1.4.3 Na ordem jurídica francesa

O legislador gálico aprovou em 1999 a lei relativa ao pacto civil de solidariedade social (Pacs)³ que, embora não se aplique exclusivamente aos casais homossexuais e apesar de ter um regime dúbio em diversos aspectos, responde em certa medida às suas pretensões de tutela. Lado a lado, com este, vigora uma proteção, de natureza majoritariamente jurisprudencial, aplicável ao concubinato.

Em 15 de novembro de 1999, a Lei nº 99-944 veio alterar a definição tradicional de convivência *more uxória*, permitindo aos casais homossexuais a organização das suas vidas em comum através da celebração de um pacto de solidariedade social, ou a permanência da união à margem de formalidades com a proteção esporádica prevista para as relações de concubinagem, conceito este cujo preenchimento deixou de depender da diferença de sexo dos seus membros.

1.4.4 Na ordem jurídica italiana

Na ordem jurídica italiana, os conviventes homossexuais podem ou não ser considerados conviventes de fato, dificuldade que advém mormente da ausência de um diploma legal que lhes seja aplicável.

Tal inexistência não significa que a *famiglia di fatto* fique completamente desprovida de tutela jurídica, pois, para além das poucas e dispersas disposições que visam proteger esta realidade, e da própria Constituição, a jurisprudência tem tido um papel relevante na sua regulação *ad hoc*.

A união de fato tem sido configurada recorrendo às seguintes características: estabilidade, tendencial durabilidade, demonstrabilidade e analogia entre o comportamento dos conviventes e o dos cônjuges, exteriorização do comportamento conjugal.

A diferença de sexos dos conviventes não é expressamente exigida em grande parte das pronúncias jurisprudenciais que conferem direitos à "*famiglia di fatto*", apesar de ser numerosa a doutrina que a reclama.

1.4.5 Na ordem jurídica alemã

³ Lei nº 99-944, de 15 de Novembro de 1999, publicada em 16.11.1999.

Na ordem jurídica alemã foi adotada uma legislação idêntica às que, já desde algum tempo, vigoravam em países nórdicos, que partilha com estes a seletividade dos destinatários.

Aplica-se unicamente a casais homossexuais⁴ e, apesar de não remeter expressamente para o regime do casamento, reproduz quase todos os seus elementos essenciais.

Contudo, existem diferenças significativas em várias áreas, caso paradigmático das consequências parentais, como exemplo, não existe presunção de paternidade no seio da convivência. Não existe legislação aplicável a esta matéria, e as opiniões quanto à sua eventual permissão variam consoante o Estado e a cidade na causa.

Igualmente, não era permitido a adoção do filho de um dos conviventes por parte do outro, não obstante a lei não conter disposições expressas a este respeito, situação que foi expressamente alterada em 2004.

Era a ausência de equiparação entre o matrimônio e a convivência registrada que impedia, até então, que os conviventes se beneficiassem da disposição que prevê que um cônjuge possa adotar o filho de outro. Todavia, a adoção conjunta continua a não ser acessível aos conviventes.

Também no que concerne aos efeitos patrimoniais de direito público, persistem diferenças de tratamento entre cônjuges e conviventes. Este não tem direito a obter uma pensão de sobrevivência, nem a ver-lhes aplicada uma taxa de tributação inferior àquela que implicaria numa simples relação de amizade, relativamente ao imposto sucessório.

Interessante é o fato de a nacionalidade e a residência não consubstanciaram requisitos relevantes para aferir da capacidade dos conviventes homossexuais para o registro da relação, vigorando assim uma perfeita igualdade entre conviventes e cônjuges.

Existe um amplo leque de autoridade competentes para proceder ao registro de convivência em união estável, a saber: o oficial do registro civil; o funcionário competente da administração local; o notário público; o magistrado administrativo. Não se trata, no entanto, de um ponto no qual exista homogeneidade nacional, podendo antes variar de Estado para Estado, e até de cidade para cidade.

Indiscutível é que a lei federal não permite o registro dos conviventes em cerimônia religiosa, tal como não reconhece qualquer valor jurídico aos matrimônios celebrados pela

⁴ Gay Chile, 11.07.2006, disponível em: <http://www.gaychile.com>. "A Associação alemã de lésbicas e gays (LSVD) indicou que, desde a entrada em vigor desta lei até o final do ano de 2004, teve conhecimento do registro de doze mil uniões homossexuais neste país. Trata-se de números aproximados, dado não haver estatísticas federais relativas à matéria. A mesma associação considera que o número destas relações é relativamente baixo devido às poucas vantagens econômicas que a mesma comporta face às obrigações que implica."

Igreja, sem a necessária precedência do matrimônio civil. A convivência cessa através de decisão judicial.

No seio deste tipo de relações não é previsto um regime de comunhão de bens, bem como não existe a comunicação das dívidas entre eles, nem mesmo a título excepcional.

2 FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO DAS FAMÍLIAS

2.1 PRINCÍPIO DA LIBERDADE NA ORIENTAÇÃO SEXUAL

O princípio da liberdade está descrito no artigo 5º da Constituição Federal. O sentido dessa liberdade deve ser vista sob diferentes nuances, é assegurado a todos por força da Carta Magna e da Declaração Universal dos Direitos do Homem a liberdade plena, que inclui ser livre para se expressar, pensar, ir e vir, viver conforme suas próprias escolhas e convicções, isto significa que todas as pessoas possuem liberdade para se orientarem sexualmente, seja ao admitir à homossexualidade oriunda dos fatores genéticos e biológicos ou ao aderir a essa opção de vida sexual, assim como a heterossexualidade.

A orientação sexual está estritamente ligada aos direitos de personalidade e Dignidade da Pessoa Humana que faz com que seja respeitada em sua dimensão física, psicológica e social.

Segundo o Desembargador Breno Moreira Mussi, a orientação sexual é:

Direito da pessoa, atributo da dignidade. O fato de alguém se ligar a outra pessoa do mesmo sexo, para uma proposta de vida em comum e desenvolver seus afetos, está dentro das prerrogativas da pessoa. A identidade do sexo não torna diferente, ou impede o intenso conteúdo afetivo de uma relação emocional, espiritual, enfim, de amor, descaracterizando-a como tal. (MUSSI apud DIAS, 2007, p. 19).

Seguindo essa linha de pensamento, é contraditório ao princípio da liberdade qualquer restrição feita aos direitos daqueles que aceitam ou escolhem viver de maneira diferente do padrão imposto pela sociedade, mesmo porque o que é diferente é o modo de vida e não as pessoas, nos termos da própria Constituição Federal: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, seja ela de cor, raça ou sexo.

Em termos de orientação sexual, a dignidade da pessoa impõe ao Estado a obrigação negativa de não impedir ou dificultar a escolha do indivíduo quanto à pessoa com quem pretende se relacionar afetivamente e por outro lado a obrigação positiva, de promover o exercício dessa liberdade de escolha perante ele mesmo e perante terceiros, decorre, pois, da garantia da dignidade, o direito à liberdade de orientação sexual.

A Constituição Federal de 1988 previu em seu artigo 5º, inciso II, uma espécie de cláusula geral de liberdade, e de acordo como o mencionado artigo, em matéria de direitos fundamentais, o princípio da liberdade prevalece sempre que o legislador não for capaz de indicar razões fundadas no bem comum, suficientes para justificar a limitação da liberdade.

No campo da liberdade, a pessoa pode escolher com quem pretende relacionar-se afetivamente e sexualmente, seja ela do sexo oposto ou não.

O direito à liberdade garante que não deve haver qualquer influência do Estado que dificulte ou impeça o livre exercício da orientação sexual da pessoa. Portanto, qualquer ação contrária ao homossexualismo provoca desrespeito ao princípio da liberdade.

2.2 PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

As constituições contemporâneas, em especial as ocidentais, adotaram, em sua maioria, os mesmos valores preceituados pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, estabelecendo a dignidade da pessoa humana e o livre desenvolvimento da personalidade como seus fundamentos normativos. Esses valores tornaram-se legitimadores das demais leis e estabeleceram o bem-estar da pessoa, in concreto, como finalidade do Estado.

O princípio da dignidade da pessoa humana está previsto na Constituição Federal nos artigos 1º, III e 226 § 7º, visando assegurar a todos uma vida com dignidade e respeito em todos os âmbitos.

Para Rocha (2004, p. 34-35), a dignidade da pessoa humana é:

É o respeitar a integridade, a intangibilidade, a inviolabilidade do homem, não apenas tomando tais atributos em sua dimensão física, mas em todas as dimensões existenciais nas quais se contém a sua humanidade, que o lança para muito além do meramente físico.

Trata-se de um princípio que deve ser analisado sob dois focos: a proteção da pessoa humana, não se permitindo qualquer ato degradante ou desumano, seja por parte do Estado ou da Comunidade, e a participação ativa do homem nos caminhos de sua existência, impondo o respeito, a intocabilidade e proteção.

Sarlet (2003, p. 60) define dignidade como:

Qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, nesse sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existentes mínimas para a vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos.

Dias (2013, p. 308) afirma que esta definição demanda três condutas do Estado:

Uma negativa e duas positivas. A primeira aponta o dever de abstenção do Estado, que deve evitar qualquer ato que viole, ainda que indiretamente, a dignidade do ser humano; a segunda trata da exigência de garantias que efetivem esse mesmo direito contra quaisquer atos de cunho degradante realizados por terceiros, e a última impõe a promoção da dignidade pela garantia de condições existenciais mínimas ao autodesenvolvimento e por meios inclusivos de participação de todos na vida comunitária.

A declaração Universal dos Direitos Humanos datada de 10 de dezembro de 1948, cujo Brasil é signatário quando menciona que a Dignidade da Pessoa Humana é inerente a todos os membros da Família humana, está, ainda que não de forma específica, se referindo também aos homossexuais, visando garantir os Direitos Fundamentais.

Assim, independentemente de raça, cor, sexo ou condição social ou sexual todos a possuem, e significa dizer que é o princípio que faz com que o homem seja visto em sua humanidade, que receba um tratamento digno que não coloque na condição de um objeto. É algo inato do ser humano, simplesmente pelo fato de ser pessoal.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, através do legislador originário de 1986, estabeleceu que em todas as políticas públicas a serem inauguradas, a importância da pessoa humana deverá nortear tais medidas.

Assim, em cumprimento aos tratados, convenções e pactos ratificados pelo Brasil, o legislador constituinte originário elegeu a dignidade da pessoa humana como uma das bases do sistema constitucional pátrio, ditado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988.

Os direitos sociais e individuais, tais como a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça foram elencados no preâmbulo da Constituição Federal de 1988 como valores supremos da sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos.

O Constituinte, ao versar dos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, diz que ela se constitui em um Estado Democrático de Direito e que, no art. 1º, III, da Constituição Federal estabelece que um dos fundamentos da nossa ordem política e social é a Dignidade da Pessoa Humana.

Pelo teor do art. 3º, IV, da Constituição Federal de 1988, verifica-se que um dos objetivos fundamentais da República a ser perseguida é promover o bem de todos e erradicar toda e qualquer forma de preconceito.

Em seguida, no art. 4º, II, a Constituição reafirma a prevalência dos direitos humanos em suas relações internacionais.

Com efeito, escudados no art. 5º, caput, da CF/88 incontestemente a orientação do legislador ordinário no sentido de que a sociedade brasileira e o Estado, devam pautar todas as suas decisões, pela não discriminação de qualquer natureza.

Ainda, inserto e garantido no inciso X, do art. 5º da Constituição Federal de 1988, a inviolabilidade do direito à intimidade, à vida privada, à honra e imagem das pessoas assegurado o direito de indenização pela violação.

Entretanto, a par destes instrumentos jurídicos, poder-se-ia afirmar que todo este arcabouço nacional e universal sustenta e garante o tratamento pelo valor humanístico e igualitário fundado no respeito à dignidade da pessoa humana, porém a um longo caminho a ser trilhado para que os direitos fundamentais sejam respeitados, efetivando a plena cidadania, conforme a ordem constitucional.

É possível concluir que o conceito de dignidade envolve as noções de individualidade e liberdade da pessoa, dos quais decorre o direito à identidade e mais especificamente o direito à identidade sexual.

2.3 PRINCÍPIO DA NÃO DISCRIMINAÇÃO EM RAZÃO DO SEXO

Uma vez consolidado que todos são iguais perante a lei, é um pensamento retrógrado a discriminação em razão da preferência sexual. Trata-se de uma ofensa a dignidade da pessoa humana, princípio basilar da Constituição Federal que a faz merecedora de todo o respeito e proteção por parte do Estado e da sociedade.

O preconceito, é pré-julgamento que atinge os atributos que o homem carrega consigo, sejam estes negativos ou positivos, que por serem diferentes parecem estranhos a sociedade.

Ainda hoje existem países que em virtude de preconceito e de uma cultura extremista punem com a pena de morte a prática do homossexualismo, mesmo diante da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Nesse sentido sustenta Dias (2009, p. 30):

De nada adianta assegurar o respeito à Dignidade da Pessoa Humana e liberdade. Pouco vale afirmar a igualdade de todos perante a lei [...] que não são admitidos preconceitos ou qualquer forma de discriminação. Enquanto houver segmentos alvos de exclusão social, tratamento desigualitário entre homens e mulheres, enquanto a homossexualidade for vista como crime, castigo ou pecado, não se está vivendo em um Estado Democrático de Direito.

O artigo 5º da Constituição Federal frisa que todos são iguais perante a Lei. Essa isonomia deve ser vista sob dois ângulos, a igualdade formal e a igualdade material. Esta no

que se refere ao tratamento equânime dos indivíduos e aquela no que tange ao legislador em não editar norma que discrimine os indivíduos, seja por sua opção sexual, cor, raça ou credo.

A opção sexual faz parte da realização pessoal do homem ou da mulher, sendo dever do Estado vedar qualquer tipo de discriminação que possa ferir sua liberdade fundamental.

2.4 PRINCÍPIO DA AFETIVIDADE

Entende-se por afeto todo sentimento de amor, carinho, de companheirismo entre os sujeitos que por mais que não esteja prevista expressamente na Constituição Federal é pautada na Dignidade da Pessoa Humana.

Afetividade é o conjunto de fenômenos psíquicos vivenciados na forma de sentimentos e paixões, ou seja, é o estado psicológico que permite que uma pessoa demonstre carinho e amor por outra, e pode se apresentar de diferentes formas, seja no amor entre pai e filho, entre irmãos, entre amigos, entre marido e mulher unidos pelo casamento ou pela união estável, dentre tantos outros exemplos.

O princípio da afetividade é o norteador da Direito das Famílias e tem por intuito o alcance da felicidade. Ademais, a própria Constituição ao reconhecer a união estável entre homem e mulher como entidade familiar, incluiu aos seus princípios a afetividade, por considerar ser ela a base da formação familiar.

Nesse sentido, cabe o entendimento de que a união homossexual também poderá ser considerada uma entidade familiar, pois, assim como nos outros modelos, o afeto presente nesses relacionamentos tem a mesma força de atuação.

O afeto não é um elemento advindo da biologia, mas da convivência, objetivando o encontro da felicidade e do bem-estar.

Assevera Dias (2009, p. 233): “A natureza afetiva do vínculo em nada o diferencia das uniões heterossexuais, merecendo ser identificado como uma identidade familiar, pois tem como fundamento da Constituição o mesmo alicerce presente nas demais: o afeto.”

Assim, esse princípio implícito na Constituição deve ser assegurado a todos aqueles que decidem compartilhar suas vidas com outra pessoa, seja esta do sexo oposto ao seu ou não, havendo o afeto será constituída a família, pautada no respeito entre os seus membros, na solidariedade, na solidez, enfim, no amor necessário a uma vida digna que merece ser tutelada pelo Estado Democrático de Direito.

3 DIREITO A ALIMENTOS DA COMPANHEIRA, INCLUINDO OS GRAVÍDICOS, APÓS O ROMPIMENTO DA UNIÃO HOMOAFETIVA

3.1 DIREITO À PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA

A obrigação de prestar alimentos é uma das principais manifestações da garantia de um dos essenciais direitos da personalidade, qual seja, o direito à vida.

Segundo Gomes (apud DIAS, 2013, p. 565): “Os alimentos são prestações para satisfação das necessidades vitais de quem não pode provê-las por si.”

Assim, os alimentos devem ser garantidos em razão da idade avançada, enfermidade ou incapacidade, podendo abranger não só o necessário para viver, como a alimentação, o tratamento de doenças, o vestuário e habitação, mas também outras necessidades de ordem intelectual e moral, variando segundo a posição social do necessitando.

Dessa forma, os alimentos se caracterizam por seu caráter de provisão, não apenas de meios de subsistência básica, a quem não pode provê-la, mas também de garantia de uma vida digna, englobando outros aspectos sociais e culturais. A sua destinação possui caráter pessoal, para garantir uma vida digna a quem os recebe.

Conforme Gama (apud DIAS, 2013, p. 566): “Os fundamentos da própria obrigação alimentar se revelam intimamente relacionados os bens jurídicos imateriais que compõem a esfera extrapatrimonial da personalidade civil.”

O provimento das necessidades de quem não pode supri-las por si, com base na solidariedade e na dignidade da pessoa humana, dentre outros princípios, é a principal função dos alimentos.

No direito das famílias, essa obrigação surge em relação a pessoas previstas na própria lei. No entanto, a obrigação alimentícia não pode sobrecarregar aquele que possui o dever legal de cumpri-la sob pena de violação à dignidade do alimentante.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, desde 1948 no seu artigo 25, §1º reconhece o alimento como direito inerente ao ser humano, definindo que todos têm o direito a um padrão de vida adequado à saúde e ao bem-estar próprio e de sua família, incluindo alimentação e o outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

A natureza jurídica dos alimentos está ligada a origem da obrigação. De qualquer forma o tema não é pacífico. Para alguns doutrinadores, como Farias e Rosenvald, os alimentos prestam a manutenção digna da pessoa. Como já dito, destinam-se a assegurar a

integridade física, psíquica e intelectual de uma pessoa humana, portanto sua natureza é de direito da personalidade. (SOBRENOME, ano).

Por outro lado, defendendo a corrente majoritária, Orlando Gomes, Carlos Roberto Gonçalves e Maria Helena Diniz atribuem aos alimentos a natureza jurídica mista, qualificando-o como um direito de conteúdo patrimonial e finalidade pessoal, ou seja, a prestação de alimentos possui caráter econômico, todavia este auxílio não objetiva aumentar o patrimônio do alimentando, mas sim prover sua subsistência e materializar o princípio da solidariedade entre os membros que necessitam. (SOBRENOME, ano).

3.2 ESPÉCIES DE ALIMENTOS NO DIREITO CIVIL

Os alimentos são de diversas espécies, classificados pela doutrina segundo vários critérios. Classificam-se de acordo com a sua natureza; quanto a sua causa jurídica; quanto à finalidade e por último quanto ao momento em que são reclamados.

Quanto à natureza, os alimentos podem ser naturais ou civis. De acordo com as ideias de Dias (2009), os alimentos naturais são aqueles indispensáveis para garantir a subsistência, como a alimentação, vestuário, saúde, habitação e educação.

Também chamados de alimentos necessários, restringem-se ao indispensável à satisfação das necessidades primárias da vida. Já os alimentos civis destinam-se a manter a qualidade de vida do credor, de modo a preservar o mesmo padrão e status social do alimentante.

A doutrina e a jurisprudência têm se reportado a outra espécie de alimentos, os compensatórios, adotados em países como a França e a Espanha e, mais recentemente, o Brasil.

Para Gonçalves (2011, p. 501) os alimentos compensatórios têm como objetivo:

Visam eles evitar o descomunal desequilíbrio econômico-financeiro do consorte dependente, impossível de ser afastado com modestas pensões mensais e que ocorre geralmente nos caso em que um dos parceiros não agrega nenhum bem em sua meação, seja porque não houve nenhuma aquisição patrimonial na constância da união ou porque o regime de bens livremente convencionado afasta a comunhão de bens.

De cunho mais indenizatório do que alimentar, pois não se restringem em cobrir apenas a dependência alimentar, mas também o desequilíbrio econômico e financeiro oriundo da ruptura do liame conjugal, não devem os alimentos compensatórios terem duração

ilimitada no tempo. Uma vez desfeitas as desvantagens sociais e reparado o desequilíbrio financeiro provocados pela ruptura da união conjugal, devem cessar.

Recentemente adotado no Brasil, os alimentos compensatórios já fazem parte das decisões nos Tribunais. Há pouco tempo, no ano de 2009, o Tribunal Regional do Rio Grande do Sul deferiu o pedido de alimentos compensatórios a uma mulher em desfavor do marido. Decidiu o TJRS que cabe a fixação dos alimentos compensatórios, em valor fixo, decorrente da administração exclusiva por um dos cônjuges das empresas do casal.

Quanto à causa jurídica, os alimentos dividem-se em legais ou legítimos, voluntários e indenizatórios. Os alimentos legítimos são aqueles elencados no artigo 1694 do CCB/2002. Os legítimos são devidos em virtude de uma obrigação legal, que pode decorrer do parentesco, do casamento ou do companheirismo.

Somente os alimentos legais ou legítimos pertencem ao direito de família, portanto, a prisão civil que acontece pelo não pagamento da dívida de alimentos, permitida pela CRFB/88, somente pode ser decretada nessa situação.

Os alimentos voluntários emanam de uma declaração de vontade *inter vivos*, como na obrigação assumida contratualmente por quem não tinha a obrigação legal de pagar alimentos. Estes pertencem ao direito das obrigações e são chamados também de obrigacionais. (GONÇALVES, 2011).

Ainda na ideia do citado autor, os alimentos voluntários podem ser declarados na manifestação causa mortis, manifestada em testamento, fazendo parte do direito das sucessões e também são chamados de testamentários.

Descritos pelo artigo 948 do CCB/2002, os alimentos chamados indenizatórios ou ressarcitórios, que são aqueles, que resultam da prática de um ato ilícito e constituem forma de indenização do dano *ex delicto*. Esta modalidade de prestação alimentar é também regulada pelo direito das obrigações.

Quanto à sua finalidade, os alimentos classificam em definitivos ou regulares, provisórios e provisionais. Os alimentos definitivos são os de caráter permanente, estabelecidos pelo juiz na sentença ou em acordo das partes devidamente homologados, apesar de que podem ser revistos. (DIAS, 2009).

Os alimentos provisórios e provisionais não se confundem, eles possuem propósitos e finalidades diferentes e, inclusive, são previstos em distintos estatutos legais. Os provisórios estão previstos na Lei nº. 5.478 de 1968 (Lei dos Alimentos) e são estabelecidos quando a propositura da ação de alimentos, ou em montante posterior, mas antes da sentença.

Já os provisionais encontram-se na Lei nº 5.869, que sancionou o Código de Processo Civil Brasileiro de 1973 (CPCB/1973), e são deferidos em ação cautelar ou quando da propositura da ação de separação, divórcio, anulação de casamento, bem como na ação de reconhecimento de união estável, e se destinam a garantir a manutenção da parte ou custear a demanda.

Sobre os dois termos, alimentos provisórios e provisionais, Dias (2013, p. 501) faz a seguinte explicação:

Ainda que a doutrina insista em diferenciar esses dois tipos de tutela emergencial, os juizes os tratam de maneira indistinta. A diferenciação entre duas espécies, em essência, é apenas terminológica e procedimental. Em substância significam o mesmo instituto.

Quanto ao momento em que são reclamados, os alimentos classificam-se em pretéritos, atuais e futuros. Para explicar a classificação do momento, Gonçalves (ano, p. xx), faz relato de que: “são pretéritos quando o pedido retroage a período anterior ao ajuizamento da ação; atuais, os postulados a partir do ajuizamento; e futuros, os alimentos devidos somente a partir da sentença.”

Essa classificação não se amolda perfeitamente ao direito brasileiro, uma vez que os alimentos futuros independem do trânsito em julgado da decisão que os concede, sendo devidos a partir da citação ou do acordo.

Na prática, os alimentos pretéritos têm sido confundidos com prestações pretéritas, que são fixadas na sentença ou no acordo, estando há muito vencidas e não cobradas, a ponto de não poder tê-las mais por indispensáveis à própria sobrevivência do alimentado, não significando mais que um crédito como outro qualquer, com supedâneo no artigo 732 do CPCB/1973.

No geral, as espécies de alimentos se dividem em:

- Alimentos naturais são os correspondentes ao indispensável à satisfação das necessidades básicas de uma pessoa, para sobrevivência.
- Alimentos Cíveis ou Cômugos visam à manutenção da condição social e status da família.
- Legais ou legítimos são os alimentos estabelecidos por lei, decorrentes de parentesco, casamento ou companheirismo. Têm previsão no art. 1.694, do Código Civil.⁵

⁵ Cf. Art. 1.694. Podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação. § 1º Os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos

- Voluntários são os alimentos aos quais uma pessoa voluntariamente se obriga, sem que tenha dever legal de prestá-los. Podem decorrer de declaração de vontade *inter vivos*, sendo próprios do direito obrigacional, e chamados também obrigacionais, ou de declaração de vontade *causa mortis*, em testamento, sendo próprios do direito sucessório, chamados também testamentários.
- Indenizatórios são os decorrentes da prática de ato ilícito, conforme art. 948, II e 950, do CC, pertencente também ao direito obrigacional.⁶

É certo que somente os alimentos legais são de direito de família, de modo que somente a eles se aplica a regulação da prisão civil por não pagamento.

- Alimentos definitivos são os permanentes, embora passíveis de revisão, podendo ser fixados em sentença ou em acordo entre os envolvidos, homologados judicialmente, salvo hipótese de estabelecimento em divórcio consensual por escritura pública.
- São provisórios os alimentos fixados judicialmente, em liminar de ação de alimentos, mediante prova pré-constituída de parentesco, casamento ou união estável. Sua fixação é obrigatória, se requeridos, e se efetivada a prova em questão, não sendo dado ao juiz fazer outro juízo de valor que não o cumprimento deste requisito legal.
- Os alimentos provisionais, ao contrário, pedidos em medida cautelar preparatória ou incidental de divórcio, separação, alimentos, ou nulidade/anulação de casamento. Para o seu deferimento, sujeitam-se à caracterização dos requisitos das cautelares em geral, quais sejam, fumaça do bom direito e perigo na demora. Ainda que haja previsão legal de não cabimento no curso da ação de investigação de paternidade, autorizando-se sua fixação somente na sentença, fato é que tal fere a igualdade constitucionalmente assegurada. Assim, devem ser admitidos retroagindo-se a citação, mesmo que liminarmente, se houverem indícios efetivos de paternidade.
- Os alimentos pretéritos referem-se a período anterior a propositura da ação, os atuais, a partir do ajuizamento e os futuros a partir da sentença, sendo certo que os primeiros são afastados pelo direito brasileiro.

da pessoa obrigada. § 2º Os alimentos serão apenas os indispensáveis à subsistência, quando a situação de necessidade resultar de culpa de quem os pleiteia.

⁶ Cf. Art. 948. No caso de homicídio, a indenização consiste, sem excluir outras reparações: I – no pagamento das despesas com o tratamento da vítima, seu funeral e o luto da família; II – na prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia, levando-se em conta a duração provável da vida da vítima. Art. 950. Se da ofensa resultar defeito pelo qual o ofendido não possa exercer o seu ofício ou profissão, ou se lhe diminua a capacidade de trabalho, a indenização, além das despesas do tratamento e lucros cessantes até ao fim da convalescença, incluirá pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou, ou da depreciação que ele sofreu. § único. O prejudicado, se preferir, poderá exigir que a indenização seja arbitrada e paga de uma só vez.

3.3 FIXAÇÃO DE ALIMENTOS

A ação para obtenção de alimentos é a ação de alimentos regulada pela Lei 5.478/68, cujo procedimento pressupõe a prova pré-constituída de parentesco ou do dever alimentar. Do contrário, o rito será o ordinário, previsto no Código de Processo Civil, para todas as causas em que não haja previsão legal de procedimento específico. De qualquer modo, pode o próprio alimentante (o devedor dos alimentos) manejar a ação para ofertar alimentos.

Na sentença, o valor da prestação alimentar é fixado a critério do juiz, diante da prova dos autos. Poderá, por exemplo, fixar valor maior do que o pedido sem que importe em julgamento *ultra petita* (maior do que o pedido).

O valor da pensão, de regra, é fixada em percentual sobre os rendimentos do alimentante, computadas as verbas permanentes, como 13º salário e um terço de férias, mas não outras como horas extras, levantamento de FGTS ou conversão em pecúnia de férias e licenças (indenização de férias e de licenças). O valor em si é estabelecido com base em alguns pressupostos como a necessidade do reclamante, possibilidade do obrigado e a proporção entre ambos.

Na lição de Dias (2013, p. 575): “A razão de ser da obrigação/dever de alimentar é o provimento das necessidades de quem os pleiteia de forma a garantir não apenas sua sobrevivência, como também sua dignidade. Enfim, sua integridade física e psíquica.”

Os pressupostos são, em princípio, indispensáveis para configuração da obrigação e o dever de prestar alimentos.

3.4 CARACTERÍSTICAS DOS ALIMENTOS

São características da obrigação alimentar sua transmissibilidade (aos herdeiros, no limite das forças da herança, não só das prestações vencidas, mas também das vincendas); divisibilidade (não é solidária, de modo que cada devedor responde por sua cota parte. Os devedores respondem na proporção de sua possibilidade econômica, exonerando-se o que é financeiramente incapaz).

Já o direito a alimentos tem as seguintes características: é personalíssimo, sendo impassível de cessão, intransferível, impenhorável, incompensável, imprescritível, intransacionável (em relação ao direito, não em relação ao valor), irrepetível e irrenunciável.

Nas palavras de Dias (2013, p. 575):

A razão de ser da obrigação/dever de alimentar é o provimento das necessidades de quem os pleiteia de forma a garantir não apenas sua sobrevivência, como também sua dignidade. Enfim, sua integridade física e psíquica. Não podendo, destarte, ser transferida a outrem (intransmissibilidade), sob pena de desaparecer o requisito da necessidade, indispensável ao seu cabimento. É esse o mesmo argumento que sustenta a impenhorabilidade, insuscetibilidade de cessão e compensação de créditos alimentares. Sendo seu caráter personalíssimo é inseparável da pessoa que a ele faz jus.

Tendo em vista que a obrigação alimentar tende a servir a manutenção da vida humana na sua mais profunda dignidade, é lógico que este instituto esteja cercado de características muito especiais e peculiares.

3.4.1 Caráter personalíssimo

Diante da preservação da dignidade da pessoa humana, tem-se que a prestação alimentícia é personalíssima, pois deve atender única e exclusivamente a pessoa que está sofrendo por não conseguir manter-se.

Nesse sentido, Farias e Rosenvald (2014, p. 633):

O direito a alimentos não admite cessão, onerosa ou gratuita, bem como não tolera compensação, com dívidas de que natureza for. De mais a mais, também será impenhorável o crédito alimentício e terá preferência de pagamento nos casos de concurso de credores.

Tem-se por certo esta característica do caráter personalíssimo da obrigação, pois para fixa-la é levada em conta a situação do credor e do devedor, considerando as circunstâncias pessoais de cada agente.

3.4.2 Irrenunciabilidade

De acordo com a súmula 379 do STF, “no acordo de desquite não se admite renúncia aos alimentos, que poderão ser pleiteados ulteriormente, verificado os pressupostos legais.”

Deste dispositivo tem-se o entendimento que os alimentos eram irrenunciáveis, pois sob a égide do Código Civil de 1916, a competência para julgar tais ações era do Supremo Tribunal Federal, e esta súmula era a expressão do entendimento dos magistrados à época.

Ocorre que por força constitucional esta matéria passou a ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça por tratar-se de assunto infraconstitucional. E o entendimento prevalecente na casa era o de que a irrenunciabilidade dos alimentos somente era alcançada pelos incapazes.

Assim, a validade e a eficácia da renúncia foram reconhecidas em sede jurisprudencial, quando esta renúncia era feita pelo cônjuge ou companheiro no acordo de dissolução de casamento ou união estável, proibindo posterior cobrança de pensão, superando o entendimento sumulado.

Com o novo Código Civil o assunto ganhou nova discussão por conta do artigo 1.707⁷. Este artigo veio restaurar o entendimento da súmula 379 do STF, mas o STJ continuou firme no seu entendimento de que somente serão alcançados pela irrenunciabilidade os incapazes.

Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. FAMÍLIA. UNIÃO ESTÁVEL. ESCRITURA PÚBLICA DE RECONHECIMENTO. ALIMENTOS. CLÁUSULA DE DISPENSA PRÉVIA. ALTERAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA NA CONSTÂNCIA DA UNIÃO. AÇÃO DE ALIMENTOS AJUIZADA APÓS A DISSOLUÇÃO DO VÍNCULO. VIABILIDADE. IRRENUNCIABILIDADE DOS ALIMENTOS DEVIDOS NA CONSTÂNCIA DO VÍNCULO CONJUGAL. NULIDADE DA CLÁUSULA DE RENÚNCIA. RECURSO IMPROVIDO. 1. Tendo as partes vivido em união estável por dez anos, estabelecendo no início do relacionamento, por escritura pública, a dispensa à assistência material mútua, a superveniência de moléstia grave na constância do relacionamento, reduzindo a capacidade laboral e comprometendo, ainda que temporariamente, a situação financeira da companheira, autoriza a fixação de alimentos após a dissolução da união. 2. Direito à assistência moral e material recíproca e dever de prestar alimentos expressamente previstos nos arts. 2º, II, e 7º da Lei 9.278/96 e nos arts. 1.694 e 1.724 do CC/2002. 3. São irrenunciáveis os alimentos devidos na constância do vínculo familiar (art. 1.707 do CC/2002). Não obstante considere-se válida e eficaz a renúncia manifestada por ocasião de acordo de separação judicial ou de divórcio, nos termos da reiterada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, não pode ser admitida enquanto perdurar a união estável. 4. Reconhecida pelo eg. Tribunal a quo a necessidade da ex-companheira à percepção de alimentos em caráter transitório, assim como a capacidade contributiva do recorrente, a reforma do julgado quanto a estes aspectos mutáveis demandaria o reexame do conjunto fático-probatório, vedado na via do recurso especial (Súmula 7 do STJ). 5. Recurso especial parcialmente conhecido e improvido. (BRASIL, 2014).

Ante o exposto, é correto afirmar que o entendimento jurisprudencial desenvolvido pelo STJ é o mais correto e que o que mais faz justiça aos casos concretos apresentados.

⁷ Cf. Art. 1.707. Pode o credor não exercer, porém lhe é vedado renunciar o direito a alimentos, sendo o respectivo crédito insuscetível de cessão, compensação ou penhora.

3.4.3 Atualidade

Esta característica está disciplinada no artigo 1.710 do Código Civil de 2002 da seguinte maneira: “As prestações alimentícias, de qualquer natureza, serão atualizadas segundo índice oficial regularmente estabelecido.”

Deve-se levar em consideração a atualidade das prestações alimentícias, tendo em vista os efeitos danosos que podem ocorrer do decorrer do período em que o credor está recebendo os pagamentos, pois esta é uma obrigação de trato sucessivo, ou seja, de execução continuada, que está sujeito aos efeitos inflacionários que comprometerão seu valor.

Nesse sentido:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PENSÃO ALIMENTÍCIA. PRISÃO CIVIL. ATUALIDADE DO DÉBITO. EXECUÇÃO NA FORMA DO ART. 733 DO CPC. 1. A pena de prisão civil por dívida alimentar tem como pressuposto a atualidade da verba executada, a traduzir a urgência da prestação jurisdicional requerida, de modo a serem acudidas as necessidades de momento dos alimentandos. 2. Hipótese em que não se cogita da conversão do procedimento executivo para o rito do art. 732 do CPC. 3. Recurso ordinário desprovido. 5. Recurso especial parcialmente conhecido e improvido. (BRASIL, 2010).

Existe entendimento de que o invés de fixar o quantum a ser pago, valor fixo, estipula-se o valor de acordo com o salário mínimo que é fonte mais segura de garantir que o credor recebe sempre o valor atualizado não sofrendo as intempéries da inflação ou a desvalorização do valor arbitrado.

3.4.4 Imprescritibilidade

Destinado a manter aquele que deles necessita no presente e no futuro, não há prazo extintivo para os alimentos. A possibilidade de pleitear alimentos em juízo pode ser exercida a qualquer tempo presentes os requisitos exigidos para o desenvolvimento da ação.

Ocorre que uma vez fixados os alimentos por decisão judicial, começa a fluir o prazo prescricional para a execução dos valores correspondentes. A prescrição, portanto, é da pretensão executória dos alimentos. Este prazo é de dois anos.⁸

⁸ Cf. Art. 206. Prescreve: § 2º Em dois anos, a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.

3.5 PRESSUPOSTOS DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR

Certos requisitos deverão existir no momento da concessão dos alimentos. São pressupostos objetivos da obrigação de prestar alimentos: a) existência de um vínculo de parentesco; b) necessidade do reclamante; c) possibilidade da pessoa obrigada; d) proporcionalidade.

O artigo 1695 do CCB/2002 preceitua: “São devidos os alimentos quando quem os pretende não tem bens suficientes, nem pode prover, pelo seu trabalho, à própria manutenção, e aquele, de que se reclamam, pode fornecê-los, sem desfalque do necessário ao seu sustento.”

No que se refere ao primeiro pressuposto, o vínculo de parentesco, deve ser salientado que nem todos os parentes são obrigados a prestar alimentos. De acordo com o CCB/2002, em seus artigos 1694, 1696 e 1697, somente os ascendentes, descendentes e irmãos bilaterais ou unilaterais são obrigados.

Em relação ao segundo pressuposto, o da necessidade do alimentando, importa considerar que o credor da prestação alimentar deve, efetivamente, encontrar-se em estado de necessidade.

Não é preciso que o pretendente a alimentos chegue à miséria completa para obtê-los; basta que não tenha renda suficiente para manter-se e não possa conseguir pelo trabalho os meios indispensáveis à subsistência correspondente a sua posição social.

No que diz respeito ao terceiro pressuposto, o da possibilidade da pessoa obrigada, deve ser ressaltado que para buscar os alimentos é necessário também que aquele de quem se pretende esteja em condições de fornecê-los. A necessidade de um importa na possibilidade do outro.

Pode ser apontado como quarto pressuposto para que exsurja a obrigação alimentar, a proporcionalidade. Este instituto não visa o enriquecimento do alimentando. Portanto, não tem porque exigí-los além das necessidades do alimentando.

Como ressalta o artigo 1694 do CCB/2002, o devedor não pode ser compelido a prestá-los com sacrifício próprio ou da sua família, pelo fato de o reclamante os estimar muito alto, ou revelar necessidades maiores.

3.6 DEVER ALIMENTAR ENTRE CÔNJUGES E EX-CÔNJUGES E COMPANHEIROS E EX-COMPANHEIROS

Quando se fala em obrigação alimentar dos pais sempre se pensa no pai que registra, que, no entanto, nem sempre se identifica com o pai biológico. Como vem, cada vez mais, sendo prestigiada a filiação socioafetiva, que, inclusive, prevalece sobre o vínculo jurídico e o genético, essa mudança também se reflete no dever de prestar alimentos.

Portanto, é defensável a possibilidade de serem reivindicados alimentos do genitor biológico, diante da impossibilidade econômico-financeira, do pai socioafetivo, que não está em condições de cumprir com a real necessidade alimentar do filho. (GONÇALVES, 2013).

No que se diz respeito ao termo final da obrigação alimentar, pode-se afirmar que, apesar do adimplemento da capacidade civil aos 18 anos, isto não leva a extinção automática do encargo alimentar. Assim, é irrelevante fixar termo final aos alimentos. A fixação é ineficaz. (DIAS, 2009).

A obrigação alimentar não é somente dos pais em decorrência do poder familiar. Existe a reciprocidade de obrigação alimentar entre pais e filhos, ônus que se estende a todos os ascendentes, recaindo sempre nos mais próximos.

De acordo com o artigo 1698 do CCB/2002: “se o parente que deve alimentos em primeiro lugar não estiver em condições de suportar totalmente o encargo, serão chamados a concorrer os parentes de grau imediato.”

Dias aduz (2009, p. 482): “Assim, a obrigação alimentar, primeiramente, é dos pais, e, na ausência de condições de um ou ambos os genitores, transmite-se o encargo aos ascendentes, isto é, aos avós, parentes em grau imediato mais próximo.”

Ainda no artigo 1698 do CCB/2002, este esclarece que a obrigação avoenga é subsidiária, deixando antever que só se pode exigir do avô depois de evidenciada a inexistência ou impossibilidade do pai.

Cabe intentar contra os avós execução dos alimentos não pagos pelo genitor, o que seria impor a terceiro pagamento de dívida alheia. A jurisprudência vem admitindo a ação de alimentos em desfavor dos avós somente quando da separação dos pais, nenhum dos genitores possuírem condições de prover o sustento da prole.

O CCB/2002 no seu artigo 1694 relata: “os parentes, cônjuges, e conviventes podem pedir alimentos uns aos outros.” Quem não tiver condições de prover a própria sobrevivência pode-se socorrer de seus familiares para viver de modo compatível com a sua condição social e as necessidades com a educação.

Ainda que a lei prescreva, primeiro nos parentes e depois no cônjuge ou companheiros, a ordem está invertida. O artigo 1829, inc. IV, do CCB/2002, a respeito da obrigação alimentar acompanha a ordem de vocação hereditária.

Quanto aos parentes em linha reta, como o vínculo sucessório não tem limite, é infinito a reciprocidade da obrigação alimentar entre ascendentes e descendentes. Tanto pais e avós devem alimentos a filhos e netos, quanto netos e filhos têm obrigação com os ascendentes. Entre os ascendentes, o ônus recai sobre os mais próximos.

A obrigação alimentar é recíproca, estabelecendo a lei uma ordem de preferência, ou melhor, de responsabilidade. Os primeiros obrigados a prestar alimentos são os pais. Esse dever estende-se a todos os ascendentes. Também não a limite na obrigação alimentar dos descendentes.

Na ausência de obrigados em linha reta, são chamados a prestar alimentos os demais parentes. Explicita a lei que a obrigação entre os parentes de segundo grau compreende tanto os irmãos germanos, que são aqueles irmãos filhos dos mesmos pais, quanto os unilaterais, que são os filhos de somente um dos pais.

Não há como reconhecer direitos aos parentes e não lhe atribuir deveres. Os graus de parentesco não devem servir só para se ficar com o bônus, sem assunção dos ônus.

O artigo 1595, §1º, do CCB/2002 explicita: “O casamento e a união estável geram parentesco por afinidade entre o cônjuge ou companheiro e os seus ascendentes, descendentes ou irmão.” A obrigação alimentar decorre não só do parentesco natural ou consanguíneo, mas também do parentesco por afinidade.

De modo expresse, ressalta o CCB/2002, no §2º do artigo 1595, que a permanência do vínculo de afinidade mesmo após a dissolução do casamento e da união estável, remanesendo assim o vínculo jurídico, mantém-se a solidariedade familiar. Assim, não se extinguindo a relação de parentesco, imperioso reconhecer a persistência do dever alimentar.

A doutrina, de modo geral, é contra o reconhecimento da obrigação alimentar, entendendo que afinidade não origina parentesco, mas apenas aliança, não sendo apta a criar direito a alimentos. Porém, a lei não faz qualquer distinção, fala em parentesco por afinidade e impõe obrigação alimentar aos parentes.

O dever de mútua assistência atribuído aos cônjuges quando do enlace matrimonial é que dá origem à recíproca obrigação alimentar. Trata-se de ônus que surge na solenidade das núpcias, mas sua exigibilidade, a título de alimentos, está condicionada ao término do casamento. Até mesmo o cônjuge que proporcionou a separação, violando os deveres do casamento pode receber alimentos. (DIAS, 2013).

A união estável tem direitos e deveres dos companheiros. Dentre os deveres está presente o dever de alimentos por expressa determinação legal, na medida em que o artigo 1724 do CCB/2002 estabelece dentre outros, o dever de mutua assistência, além de sustento e educação dos filhos, em perfeita consonância com o disposto no artigo 2º, incisos II e III, da Lei nº. 9.278/96, que é a regulamentação do artigo 226 §3º, da CRFB/88.

Como já foi dito em tópico anterior, o CCB/2002 ao regular a questão dos alimentos também consignou expressamente, em seu artigo 1694, que além dos parentes, os cônjuges e também os companheiros, podem “pedir uns aos outros os alimentos que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de educação.”

Atualmente, um dos elementos mais importantes para a formação de uma família é a afetividade. A afetividade gera e alimenta a solidariedade familiar. A liberdade de escolha de um parceiro para dividir a vida pressupõe a existência dessa afetividade e de respeito mútuos.

Os direitos e deveres estabelecidos pela legislação quando de uma relação matrimonial ou de uma união estável são semelhantes e dizem respeito à fidelidade recíproca, lealdade, objetivo de vidas em comum, assistência mútua, sustento, guarda e educação dos filhos.

A mútua assistência consiste, dentre outras coisas, em amparo nos momentos de vicissitudes da vida, inclusive revezes econômico-financeiros. Com a igualdade constitucional estabelecida entre homem e mulher não há mais que se falar em dever de sustento em favor da companheira ou do cônjuge, exceto em situações especiais, como no caso de impossibilidade para o trabalho, enfermidade ou acordo em comum.

O pedido de alimentos deve ocorrer após o fim da relação, tendo em vista que a solidariedade que deve existir entre pessoas que já compartilharam uma vida juntas justifica a possibilidade de requerer alimentos em uma situação de dificuldade de subsistência.

Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. FAMÍLIA. UNIÃO ESTÁVEL. ESCRITURA PÚBLICA DE RECONHECIMENTO. ALIMENTOS. CLÁUSULA DE DISPENSA PRÉVIA. ALTERAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA NA CONSTÂNCIA DA UNIÃO. AÇÃO DE ALIMENTOS AJUIZADA APÓS A DISSOLUÇÃO DO VÍNCULO. VIABILIDADE. IRRENUNCIABILIDADE DOS ALIMENTOS DEVIDOS NA CONSTÂNCIA DO VÍNCULO CONJUGAL. NULIDADE DA CLÁUSULA DE RENÚNCIA. RECURSO IMPROVIDO. 1. Tendo as partes vivido em união estável por dez anos, estabelecendo no início do relacionamento, por escritura pública, a dispensa à assistência material mútua, a superveniência de moléstia grave na constância do relacionamento, reduzindo a capacidade laboral e comprometendo, ainda que temporariamente, a situação financeira da companheira, autoriza a fixação de alimentos após a dissolução da união. 2. Direito à assistência moral e material recíproca e dever de prestar alimentos expressamente previstos nos arts. 2º, II, e 7º da Lei 9.278/96 e nos arts. 1.694 e 1.724 do CC/2002. 3. São irrenunciáveis os

alimentos devidos na constância do vínculo familiar (art. 1.707 do CC/2002). Não obstante considere-se válida e eficaz a renúncia manifestada por ocasião de acordo de separação judicial ou de divórcio, nos termos da reiterada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, não pode ser admitida enquanto perdurar a união estável. 4. Reconhecida pelo eg. Tribunal a quo a necessidade da ex-companheira à percepção de alimentos em caráter transitório, assim como a capacidade contributiva do recorrente, a reforma do julgado quanto a estes aspectos mutáveis demandaria o reexame do conjunto fático-probatório, vedado na via do recurso especial (Súmula 7 do STJ). 5. Recurso especial parcialmente conhecido e improvido. (BRASIL, 2014).

Diante da igualdade entre homens e mulheres, em princípio, não se poderia mais falar de necessidade de alimentos de um dos parceiros em benefício do outro. Ocorre que, na prática, muitas vezes, essa prolatada igualdade somente é formal.

A exigibilidade ou não de alimentos deve ser apurada no caso concreto. Importante evitar a confusão que se faz entre os alimentos devidos aos ex-cônjuges ou companheiros e alimentos devidos aos filhos.

Os alimentos para estes decorrem, enquanto menores e não emancipados, de atribuição do poder familiar e devem ser prestados por ambos os genitores, na proporção de seus recursos. Igualmente para o filhos maiores que, ainda que não haja mais o exercício do poder familiar, existe o dever de alimentos em virtude do grau de parentesco e demais pressupostos de exigibilidade.

A depender do caso, os alimentos podem ser congruos ou necessários, lembrando-se que a regra para os alimentos em geral é que estes sejam congruos, estando o necessários excepcionados no caso previsto no § 2º do art. 1.694 do Código Civil. Esse entendimento pode ser utilizado, por força do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, extensivamente ao rompimento da união estável.

3.7. DIREITO A ALIMENTOS DO COMPANHEIRO APÓS O FIM DA UNIÃO HOMOAFETIVA

Recentemente, o Superior Tribunal de Justiça analisou o Recurso Especial nº 1.302.467, oriundo de ação cautelar objetivando alimentos provisionais sob o fundamento de que autor e réu conviveram em união estável por quinze anos, e que o autor estaria passando dificuldades financeiras em virtude de desemprego e pelo fato de ser portador de doenças infectocontagiosas. Afirmou ainda no pedido inicial da ação que o réu possuía boas condições financeiras, além de ter a posse dos imóveis e móveis pertencentes ao casal.

A sentença de primeiro grau indeferiu o pedido de antecipação de tutela em razão da inexistência de prova pré-constituída da união de fato. O autor do pedido de alimentos

interpôs agravo de instrumento, o qual foi negado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo sob o fundamento de impossibilidade jurídica do pedido.

O acórdão do julgamento da Apelação 20120002671-4 – SP foi assim ementado:

AÇÃO CAUTELAR. Alimentos provisionais. Pedido de liminar indeferido. Alimentos provisionais que o autor pretendia receber, enquanto pendesse de julgamento a apelação por ele interposta contra a sentença que julgou extinta ação de reconhecimento e dissolução de união homoafetiva. Apelação provida, para permitir a prova da sociedade de fato, sem admitir a possibilidade de reconhecimento da situação jurídica da união homoafetiva. Impossibilidade jurídica, portanto, para se pleitear alimentos provisionais. Ausência de obrigação legal de um sócio alimentar a outro, na hipótese de desfazimento da sociedade. Recurso desprovido. Carência de ação. Extinção do processo. Art. 267 VI CPC.

No julgamento do referido Recurso Especial, o Superior Tribunal de Justiça entendeu que, nesta corte superior e no Supremo Tribunal Federal, são reiterados os julgados dando conta da viabilidade jurídica de uniões estáveis formadas por companheiros do mesmo sexo, sob a égide do sistema constitucional inaugurado em 1988, que tem como caros os princípios da dignidade da pessoa humana, a igualdade e repúdio à discriminação de qualquer natureza.

Frisou que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento conjunto da ADPF nº 132/RJ e da ADI nº 4.277/DF, conferiu ao art. 1723 do Código Civil de 2002 interpretação conforme à Constituição para dele excluir todo significado que impeça o reconhecimento da união contínua, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo, como entidade familiar, entendida esta como sinônimo perfeito de família, por conseguinte, este reconhecimento é de ser feito segundo as mesmas regras e com as mesmas consequências da união estável heteroafetiva.

O STJ sustentou que a legislação que regula a união estável deve ser interpretada de forma expansiva e igualitária, permitindo que as uniões homoafetivas tenham o mesmo regime jurídico protetivo conferido aos casais heterossexuais, trazendo efetividade e concreção aos princípios da dignidade da pessoa humana, da não discriminação, igualdade, liberdade, solidariedade, autodeterminação, proteção das minorias, busca da felicidade e ao direito fundamental e personalíssimo à orientação sexual.

Afirmou ainda que a igualdade e o tratamento isonômico supõem o direito a ser diferente, o direito à autoafirmação e a um projeto de vida independente de tradições e ortodoxias, sendo o alicerce jurídico para a estruturação do direito à orientação sexual como direito personalíssimo, atributo inseparável e incontestável da pessoa humana, em suma, que o direito à igualdade somente se realiza com plenitude se for garantido à diferença.

Aduz que, como entidade familiar que é, por natureza ou no plano dos fatos, vocacionalmente amorosa, parental e protetora dos respectivos membros, constituindo-se no espaço ideal das mais duradouras, afetivas e solidárias ou espiritualizadas relações humanas de índole privada, o que a credenciaria como base da sociedade(ADIN 4277/DF e ADPF 132/RJ), pelos mesmos motivos, não há como afastar da relação de pessoas do mesmo sexo a obrigação de sustento e assistência técnica, protegendo-se, em última análise, a própria sobrevivência do mais vulnerável dos companheiros.

O direito a alimentos do companheiro que se encontra em situação precária e de vulnerabilidade assegura a máxima efetividade do interesse prevalente, a saber, o mínimo existencial, com a preservação da dignidade do indivíduo, conferindo a satisfação de necessidade humana básica.

O projeto de vida advindo do afeto, nutrido pelo amor, solidariedade, companheirismo, sobeja obviamente no amparo material dos componentes da união, até porque os alimentos não podem ser negados a pretexto de uma preferência sexual diversa.

No caso do julgamento do mencionado recurso especial, a cautelar de alimentos provisionais, com apoio em ação principal de reconhecimento e dissolução de união estável homoafetiva, foi extinta ao entendimento da impossibilidade jurídica do pedido, uma vez que não há obrigação legal de um sócio prestar alimentos ao outro.

Ocorre que uma relação rompida pode dar azo ao pensionamento alimentar e, por conseguinte, cabível, em processo autônomo, que o necessitado requeira sua concessão cautelar com a finalidade de prover os meios necessários ao seu sustento durante a pendência da lide.

O Superior Tribunal de Justiça, ao prover o recurso especial retromencionado, concluiu que as condições do direito de ação jamais podem ser apreciadas sob a ótica do preconceito, da discriminação, para negar o pão aquele que tem fome em razão de sua orientação sexual.

Ao revés, o exame deve-se dar a partir do ângulo constitucional da tutela da dignidade da pessoa humana e dos deveres de solidariedade e fraternidade que permeiam as relações interpessoais, como o preenchimento do binômio necessidade do alimentando e a possibilidade econômica do alimentante.

A conclusão que se extrai no cotejo de todo ordenamento jurídico é a de que a isonomia entre casais heterossexuais e homossexuais somente ganha plenitude de sentido se desembocar no igual direito subjetivo à formação de uma entidade familiar concreta,

incluindo-se aí o reconhecimento do direito à sobrevivência com dignidade por meio do direito à prestação alimentícia.

3.8 LEI 11.804/2008, A LEI DOS ALIMENTOS GRAVÍDICOS

À luz das ponderações explicitadas, cuida destacar que a obrigação alimentar pode ter início antes mesmo do nascimento com vida, encontrando assento no período gestacional. Tal fato decorre, em consonância com os postulados emanados pela teoria concepcionista, consoante lições de Rolf Madaleno, “os alimentos têm seu fundamento no direito à vida e a vida se inicia na concepção uterina, justamente para o concebido nascer com vida e, por isso os direitos do nascituro já existem em sua plenitude, a contar da sua concepção”, ficando, porém, condicionado ao nascimento com vida os seus direitos de índole patrimonial.

Com efeito, é fato que aquele que está por nascer carece de cuidados médicos, de assistência pré-natal, medicamentos e, por vezes, de até intervenção cirúrgica em situações dotadas de maior complexidade, sem perder de vista os indispensáveis cuidados asseguradores de seu saudável desenvolvimento.

A Lei nº 11.804/08, de 05 de novembro de 2008, regulou os alimentos gravídicos conferindo legitimidade ativa à própria gestante para a propositura da ação de alimentos. O objetivo da referida lei é proporcionar um nascimento com dignidade ao ser concebido. Diferentemente dos alimentos positivados no CCB/2002, e por ser uma lei de caráter especial, a lei de alimentos gravídicos traz, em seu artigo 1º, a regulamentação de que a alimentada será a mulher gestante, ou seja, a mãe. Não é o filho, no caso o feto, que tem direito a alimentos, e sim a mulher grávida, que deverá se utilizar de tais alimentos

Portanto, a legitimidade ativa para constar no polo ativo de uma ação de alimentos gravídicos é da própria gestante, que a detém até o momento do nascimento do feto, momento em que deixará de ser uma mulher gestante e, conseqüentemente, também deixará de ter direito aos alimentos gravídicos.

Contudo, há decisão do Superior Tribunal de Justiça afirmando que, na verdade, o direito aos alimentos gravídicos é do nascituro e não da genitora.

Nesse sentido:

DIREITO CIVIL. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. ABORTO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. ENQUADRAMENTO JURÍDICO DO NASCITURO. ART. 2º DO

CÓDIGO CIVIL DE 2002. EXEGESE SISTEMÁTICA. ORDENAMENTO JURÍDICO QUE ACENTUA A CONDIÇÃO DE PESSOA DO NASCITURO. VIDA INTRAUTERINA. PERECIMENTO. INDENIZAÇÃO DEVIDA. ART. 3º, INCISO I, DA LEI N. 6.194/1974. INCIDÊNCIA. 1. A despeito da literalidade do art. 2º do Código Civil - que condiciona a aquisição de personalidade jurídica ao nascimento -, o ordenamento jurídico pátrio aponta sinais de que não há essa indissolúvel vinculação entre o nascimento com vida e o conceito de pessoa, de personalidade jurídica e de titularização de direitos, como pode aparentar a leitura mais simplificada da lei. 2. Entre outros, registram-se como indicativos de que o direito brasileiro confere ao nascituro a condição de pessoa, titular de direitos: exegese sistemática dos arts. 1º, 2º, 6º e 45, caput, do Código Civil; direito do nascituro de receber doação, herança e de ser curatelado (arts. 542, 1.779 e 1.798 do Código Civil); a especial proteção conferida à gestante, assegurando-se-lhe atendimento pré-natal (art. 8º do ECA, o qual, ao fim e ao cabo, visa a garantir o direito à vida e à saúde do nascituro); alimentos gravídicos, cuja titularidade é, na verdade, do nascituro e não da mãe (Lei n. 11.804/2008); no direito penal a condição de pessoa viva do nascituro - embora não nascida - é afirmada sem a menor cerimônia, pois o crime de aborto (arts. 124 a 127 do CP) sempre esteve alocado no título referente a "crimes contra a pessoa" e especificamente no capítulo "dos crimes contra a vida" - tutela da vida humana em formação, a chamada vida intrauterina (MIRABETE, Julio Fabbrini. Manual de direito penal, volume II. 25 ed. São Paulo: Atlas, 2007, p. 62-63; NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de direito penal. 8 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, p.658). 3. As teorias mais restritivas dos direitos do nascituro - natalista e da personalidade condicional - fincam raízes na ordem jurídica superada pela Constituição Federal de 1988 e pelo Código Civil de 2002. O paradigma no qual foram edificadas transitava, essencialmente, dentro da órbita dos direitos patrimoniais. Porém, atualmente isso não mais se sustenta. Reconhecem-se, corriqueiramente, amplos catálogos de direitos não patrimoniais ou de bens imateriais da pessoa - como a honra, o nome, imagem, integridade moral e psíquica, entre outros. 4. Ademais, hoje, mesmo que se adote qualquer das outras duas teorias restritivas, há de se reconhecer a titularidade de direitos da personalidade ao nascituro, dos quais o direito à vida é o mais importante. Garantir ao nascituro expectativas de direitos, ou mesmo direitos condicionados ao nascimento, só faz sentido se lhe for garantido também o direito de nascer, o direito à vida, que é direito pressuposto a todos os demais. 5. Portanto, é procedente o pedido de indenização referente ao seguro DPVAT, com base no que dispõe o art. 3º da Lei n. 6.194/1974. Se o preceito legal garante indenização por morte, o aborto causado pelo acidente subsume-se à perfeição ao comando normativo, haja vista que outra coisa não ocorreu, senão a morte do nascituro, ou o perecimento de uma vida intrauterina. 6. Recurso especial provido. (BRASIL, 2014).

O artigo 2º da citada Lei refere-se ao objetivo dos alimentos, e estes, são destinados a cobrir as despesas adicionais do período de gravidez e que sejam dela decorrentes da concepção do parto. São as obrigações e despesas necessárias de terem seus custos compreendidos pelo valor pago a título de alimentos gravídicos.

Dias sustenta (2013, p. 594):

A Lei n. 11.804, de 5 de novembro de 2008, conhecida como "Lei dos Alimentos Gravídicos", concretizou, sem sombra de dúvidas, a possibilidade de os alimentos serem pleiteados ainda durante a gestação e com alcance de todas as despesas necessárias ao pré-natal (medicamentos, consultas, internações, etc), alimentação especial, vestuário de gestante, acompanhamento psicológico, enxoval, etc. Segundo os termos da lei, a titularidade ativa para requerer os alimentos seria da gestante, e ela seria também, até o parto, a beneficiária destes.

No artigo 6º da Lei, uma vez convencido da existência de indícios da paternidade, o juiz poderá fixar os alimentos gravídicos. Esses indícios não estão explicitados em qualquer dispositivo legal, mas entende-se que seguem a esteira das provas em direito admitidas tais como: fotos do casal; testemunhas do relacionamento, mesmo que fugidio; elementos de comunicação que indiquem algum tipo de intimidade maior, como e-mails, mensagens etc.

Após o nascimento, tais alimentos são convertidos em pensão alimentícia para o filho, até que uma das partes peça a sua revisão. Aqui também, o legislador não deixou de fora o binômio entre necessidade do alimentado e a possibilidade do alimentante. Depois de relatar a fixação dos alimentos gravídicos o legislador escreveu no artigo 6º: “[...] o juiz fixará os alimentos gravídicos que perdurarão até o nascimento da criança, sopesando as necessidades da parte autora e as possibilidades da parte ré.”

A respeito da contestação, o legislador, no artigo 7º da Lei 11.804/08 determina 05 dias como prazo para resposta. No artigo 11 da lei dos alimentos gravídicos, descreve o permissivo legal para a utilização da lei, de forma subsidiária, com a Lei de Alimentos e o CPCB/73. Já no artigo 12, último deles, tem-se a data que a lei entrou em vigor, qual seja, na data de sua publicação, portanto, no dia 5 de novembro de 2008.

De forma resumida a Lei estudada visa facilitar a concessão de alimentos à gestante, visto que esta necessita de auxílio nas despesas adicionais do período de gravidez, como alimentação, assistência médica e cuidados especiais.

Assim, a Lei de alimentos gravídicos diminui o obstáculo contido na Lei de Alimentos, pois antes seria necessário aguardar o nascimento do filho e comprovar a paternidade para se pleitear alimentos, já agora a mãe pode gozar desse auxílio já na gestação.

A obrigação do pai em auxiliar a mãe durante a gravidez é clara, porém desde que seja na medida de suas possibilidades e necessidades respectivamente. A necessidade de alimentos não se dá somente após o nascimento da criança, pelo contrário, ela se inicia a partir do momento da concepção, ou seja, a necessidade se inicia com a comprovação da gravidez, e não da comprovação da vida e da paternidade.

Com a Lei 11.804/08 se consolidou a proteção integral da personalidade do nascituro desde a concepção, com base nos princípios do Dever Familiar, da Paternidade Responsável, da Dignidade da Pessoa Humana e do Direito à Vida, respeitando o trinômio: necessidade x possibilidade x proporcionalidade, de maneira que proporcione dignidade à criança que está por vir.

Aqui, se analisa, também, o feto como forma de alimentos necessários ao pleno desenvolvimento da criança e adolescente, e essa contribuição deve advir desde a concepção,

com a união do óvulo e o espermatozoide, como fruto de sentimentos e não só mecanismos de vingança por parte de mães que possuam personalidades irascíveis.

A lei conferiu legitimidade ativa à própria gestante, que, a partir de então, tornou-se parte legítima para, em nome próprio, acionar o suposto pai do nascituro com o intuito de receber dele alimentos destinados à satisfação das despesas decorrentes da gravidez.

Os alimentos devidos ao nascituro são devidos pela simples existência de indícios de paternidade, que será demonstrado, pela autora, por meio de provas iniciais legalmente previstas ou moralmente legítimas como, por exemplo, fotografias, e-mails, cartas, bilhetes, filmagens, testemunhas etc., para que o juiz possa ter amparo na motivação da fundamentação de sua decisão interlocutória na concessão liminar ou na sentença definitiva.

A Lei dos Alimentos Gravidícos se reúne com a realidade social e ampara-se para fins de materialização das normas constitucionais relativas ao Direito de Família contemporâneo, as quais são os princípios da dignidade da pessoa humana, solidariedade familiar, melhor interesse da criança, afetividade e função social da família, elencando a pessoa humana como centro da proteção jurídica, ao invés do individualismo e do patrimonialismo do século passado, que estiveram presentes no Código Civil de 1916.

Assim, os alimentos gravidícos revelam a realização da personalidade dos membros familiares, a repersonalização do Direito Civil, a despatrimonialização do Direito de Família e a responsabilização nas relações parentais.

É o direito da mãe gestante receber do indicado pai direto todo o período gestacional, mediante propositura de ação própria, para buscar auxílio financeiro, de acordo com recurso em proporção iguais para ambos, nos custos de despesas realizadas desde a concepção até o parto, entre outras decorrentes da gravidez para garantir a vida e o desenvolvimento intra-uterino do nascituro, com dignidade e tendo como base da obrigação alimentar simplesmente indícios de paternidade.

Cabe salientar, que o rol não é taxativo, podendo o Juiz adicionar outras despesas necessárias a gestante. Atenta-se que pelas normas subsidiárias invocadas pela lei dos Alimentos Gravidícos, os valores pagos não são repetíveis e exequíveis.

Deve o suposto pai, ordenado ao pagamento, buscar sua exoneração. Os alimentos gravidícos têm caráter cautelar, ficando assim como uma subespécie de alimentos provisórios. A lei visa que o alimentante cumpra com sua obrigação, seja ela através da solidariedade, afeto ou através do Judiciário, para mantença com dignidade da mãe e do nascituro.

Cabe lembrar, que os alimentos gravidícos se estendem aos ascendentes porque é uma obrigação sucessiva. Desta forma, o parente mais próximo por preferência da Lei fica

obrigado ao ônus da obrigação alimentar, caso o primeiro obrigado, não possuir condições de fazê-lo.

O princípio da paternidade responsável significa que a responsabilidade dos pais começa desde a concepção e se estende até que seja necessário e justificável o acompanhamento dos filhos pelos pais, respeitando-se assim, o mandamento constitucional do art. 227, que nada mais é do que uma garantia fundamental, pois é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente o direito à convivência familiar, colocando-os a salvo de toda forma de discriminação, vedando expressamente as designações discriminatórias relativas ao estado de filiação.

Nesta toada, a norma em comento encontra respaldo no Texto Constitucional, o ápice hierárquico do ordenamento jurídico vigente, considerando os princípios constitucionais, primacialmente a dignidade da pessoa humana. Ao lado disso, é observável que a Lei nº 11.804, de 05 de novembro de 2008, que disciplina o direito a alimentos gravídicos e a forma como ele será exercido e dá outras providências, objetivou satisfazer o super princípio em destaque, considerando o indivíduo desde a sua concepção.

Importante se faz assinalar que a Carta de Outubro consagra o princípio da prioridade absoluta e da proteção integral da criança, sendo, por força da moldura principiológica, estendida ao nascituro, pois se trata aqui de dar efetividade ao direito essencial à vida, direito à saúde e à alimentação para que ele possa nascer em condições saudáveis e dignas de existência, pois não é por acaso que a gestante necessita de alimentação especial.

Mister se faz destacar que, por analogia, os mandamentos insertos no artigo 227 da Constituição Federal de 1988 deve ser aplicado ao nascituro, o qual passa, para fins de proteção no que concerne ao seu direito à vida, à saúde e à alimentação, deve ser considerado como criança, sendo colocado a salvo de toda espécie de negligência, por interpretação não só analógica, mas, principalmente, teleológica, em vista da relevância da proteção do nascituro dentro do sistema jurídico vigente que se harmoniza com os princípios fundamentais que estão positivados.

3.9 DIREITO A ALIMENTOS GRAVIDICOS NA UNIÃO HOMOAFETIVA FEMININA

Conforme exaustivamente afirmado acima, uma das formas de família emergentes em nossa sociedade é a família homoafetiva, que é aquela formada por pessoas do mesmo sexo.

Dentro da família homoafetiva encontramos a existência da possibilidade de existência de uma família formada por duas mulheres, que tenham entre si sinais de afeto, amor, carinho, e todas as demais atitudes características de uma família.

Biologicamente, nada impede que, a um certo momento, essas mulheres formadoras de uma família homoafetiva tenham, por comum acordo, decidido ter filhos, a fim de propagar suas sabedorias e seus ensinamentos para outra pessoa, além de poder dar a esta outra pessoa toda a condição de vida e estrutura familiar necessária para uma completa educação e um perfeito amadurecimento.

Este desejo pode ser realizado de várias maneiras, como, por exemplo, através da adoção, que dá a possibilidade de uma pessoa poder auxiliar outra, tratando-a como seu próprio filho biológico, tendo responsabilidades para com ele como tem com seu filho biológico, dando, dessa forma, uma alternativa para que esse filho adotivo tenha todos os direitos referentes ao filho biológico, fazendo com que legalmente os pais adotivos possam dar uma boa educação, um bom relacionamento familiar, enfim, possam demonstrar e desfrutar de uma família.

Nada impede, porém, que aquele mesmo casal homoafetivo, formado por duas mulheres e com desejo de ter filhos, procure outra maneira de tê-los. É nesse momento que nos deparamos com a fertilização artificial.

A fertilização artificial tem a principal função de aproximar o espermatozoide do óvulo, colocando-o o mais próximo possível do mesmo e no momento mais adequado para que haja a fecundação.

Como sabemos, a fertilização artificial é feita sem que haja a conjunção carnal entre o homem e a mulher, sendo que a mulher, nos dias de hoje, pode procurar os chamados “bancos de espermia” e realizar o tão sonhado “desejo pela maternidade”, realizando, dessa forma, o que popularmente se conhece como “produção independente”, ou seja, uma gravidez sem que haja um parceiro para lhe conceder espermatozoides.

É cada vez mais comum em nossa sociedade mulheres que preferem ter seus filhos, e criá-los também, sem a presença masculina presente. Não é o objetivo deste trabalho debater se essa prática é benéfica ou não para a criança, mas sim que a sua prática está cada vez mais rotineira e já faz parte de nossa sociedade moderna.

A fertilização artificial apenas aparece como mais um dos meios levantados e trazidos pela ciência para que as mulheres que tenham algum tipo de dificuldade em engravidar ou que procurem por seus “sonhos de maternidade” possam, enfim, terem seus filhos pela via natural, ou seja, através de uma gravidez.

Como já colocado, é perfeitamente possível que aquele mesmo casal feminino e homoafetivo de que estamos falando procure uma clínica onde se tenha um “banco de esperma” e decida por ter seu filho através de uma inseminação artificial.

Neste caso, uma das duas optaria por passar por tal procedimento e engravidar, passando por toda a gestação e parto daquele que será o filho do casal.

É possível que haja o rompimento do relacionamento durante a gestação daquele que seria o filho do casal. Neste caso, é cabível a fixação dos alimentos gravídicos entre as parceiras?

Esse tema é ainda pouco explorado pela doutrina, que em sua maioria atenta para o fato de lei ter trago a expressão “futuro pai” como sendo a figura que deverá constar no polo passivo da ação, trazendo uma visão machista e, em certo ponto, prejudicial para a gestante, que poderá se ver desguarnecida e sem nenhum auxílio neste momento tão importante de sua vida.

Para podermos encontrar uma resposta para esta questão é importante adentrarmos em um dos princípios mais importantes de todo o nosso ordenamento jurídico e positivado no artigo 1º, III da Constituição da República Federativa do Brasil, o princípio da dignidade da pessoa humana.

Art. 1º: A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

[...]

III - a dignidade da pessoa humana; (BRASIL, 1988).

O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana deve ser o norteador de toda e qualquer discussão dentro do Direito, sendo ele o principal norteador da atividade estatal-jurisdicional. Nenhuma decisão judicial pode ser dada ferindo tal princípio, visto que, caso isso venha a ocorrer, esta decisão será inconstitucional.

Para Nery Júnior (2009, p. 56):

Esse princípio não é apenas uma arma de argumentação, ou uma tábua de salvação para a complementação de interpretações possíveis de normas postas. Ele é a razão de ser do Direito. Ele se bastaria sozinho para estruturar o sistema jurídico.

Em se tratando do caso em discussão, o princípio da dignidade da pessoa humana defende que a gestante deve sempre ser amparada e auxiliada durante sua gravidez, visto que,

além de sua própria saúde, também está em jogo a saúde de uma outra pessoa, qual seja, a do feto.

Se caso um casal feminino e homoafetivo decidir ter um filho através de uma inseminação artificial, esta decisão foi tomada pelo casal, que fez todo um planejamento familiar e procurou uma clínica para, juntas, passarem por todo o processo da gestação, onde haveria todo o companheirismo, a companhia, o apoio e a caminha conjunta deste casal durante esta etapa.

Seria constitucional, analisando sob a ótica do princípio da dignidade da pessoa humana, que depois de tomada a decisão pelo casal e já passado o procedimento de inseminação, estando uma das companheiras grávida, a outra venha a abandonar esta, sem que nenhuma ajuda tenha que ser dada? Mesmo depois de todos os planos e sonhos em conjunto? E mais, mesmo com a gravidez desejada em conjunto em andamento?

Ora, todos sabemos que uma gravidez, além de trazer uma enorme alegria e realização, também traz custos e cuidados, devendo a gestante se afastar de determinadas atividades e modificar sua alimentação, aumento, assim, seu custo de vida, para que o feto tenha uma formação perfeita ao final da gestação. Deveria a gestante suportar todo esse encargo de forma individual?

Apesar da Lei 11.804/08, como já colocado, trazer a expressão “futuro pai” e embasar argumentações para aqueles que veem apenas o homem positivado como sujeito passivo pela Lei, é necessário que se faça uma análise mais profunda e que se procure entender qual o verdadeiro espírito da Lei, se a condenação do homem ao pagamento dos alimentos ou a proteção da gestante durante o período de gestação.

Nesse entendimento fica clara que o verdadeiro espírito do legislador foi o de resguardar a mulher gestante de todos os riscos que possam vir a surgir durante a gravidez, possibilitando à ela, gestante, todas as condições para que a gestação transcorra da melhor forma possível, garantindo-lhe o auxílio financeiro para o custeamento das “despesas adicionais do período de gravidez e que sejam dela decorrentes, da concepção ao parto, inclusive as referentes a alimentação especial, assistência médica e psicológica, exames complementares, internações, parto, medicamentos e demais prescrições preventivas e terapêuticas indispensáveis, a juízo do médico, além de outras que o juiz considere pertinentes”, tal como positivado no artigo 2º da Lei 11.804/08.

Assim, se a real intenção da lei é a proteção à mulher gestante, se essa é a verdadeira razão de ser da lei, porque uma mulher grávida e abandonada pela sua companheira que a

incentivou a passar por todo um tratamento clínico, culminando com sua gravidez, teria que suportar sozinha essa nova realidade? Só pelo fato de não ter um homem como companheiro?

Segundo o princípio da analogia, sempre que a lei for omissa o juiz deve se utilizar de outros dispositivos legais cabíveis ao caso para poder chegar a uma decisão.

Analogamente, podemos dizer que não importa qual o sujeito passivo da obrigação alimentar gravídica, e sim que essa obrigação seja prestada por quem tiver a obrigação de auxílio à mulher gestante, seja esse alguém homem ou mulher.

Dias declara (2013, p. 395):

O fundamento constitucional para essa categoria de alimentos está, primordialmente, no que prescreve o art. 227, quando estabelece a doutrina da proteção integral da criança e do adolescente. Sua principal função é o bem-estar da gestante e o amparo de todas as suas necessidades, físicas e psíquicas, nesse período de extrema vulnerabilidade. A garantia desse bem-estar, por óbvio, assegurará ao nascituro um adequado desenvolvimento a maior possibilidade de um nascimento saudável.

Como visto, dentro da família homoafetiva encontra-se a existência da possibilidade de uma família formada por duas mulheres, que tenham entre si sinais de afeto, amor, carinho, e todas as demais atitudes características de uma família. E ainda, em conformidade com a pacífica jurisprudência dos Tribunais Superiores, sendo esta convivência pública, contínua e duradoura, estabelecida com o objetivo de constituição de família, sem a ocorrência dos impedimentos do artigo 1521 do CCB/2002, com a exceção do inciso VI quanto à pessoa casada separada de fato ou judicialmente, haverá, por consequência, o reconhecimento dessa parceria como entidade familiar, com a respectiva atribuição de efeitos jurídicos dela advindos.

Como todas as decisões no ordenamento jurídico brasileiro são comuns, e o reconhecimento da união homoafetiva como união estável, e posteriormente, sendo reconhecida a possibilidade de conversão em casamento civil, os parceiros homossexuais com o desejo de ampliar suas famílias utilizam-se dos recursos disponíveis para isso.

É habitual o interesse desses casais em ter filhos. Os casais homossexuais masculinos buscam a adoção de crianças e os casais formados por duas mulheres optam, além da adoção, pela inseminação artificial.

É um direito que lhes é assegurado pela Constituição Federal de 1988, e também através dos seus princípios basilares, entre outros, o direito à dignidade, liberdade e, principalmente, o direito à igualdade.

A medicina, através das técnicas de reprodução humana artificial, vem trazendo métodos inovadores a fim de possibilitar aqueles que encontram dificuldade para procriar, a possibilidade de realização do tão esperado projeto parental.

A incapacidade para a procriação pode derivar de diversos fatores, como fisiológicos, psicológicos, médicos ou biológicos, vindo essas novas técnicas de reprodução trazer esperança àqueles que sonham com a concretização do referido projeto parental.

Com as ideias de Corrêa e Costa ([200-]), para a concepção do filho entre um casal homossexual feminino é necessária a reprodução assistida, que é um conjunto de técnicas utilizado por médicos especializados, que tem como principal objetivo tentar viabilizar a gestação em mulheres com dificuldades de engravidar. Muitas vezes essas dificuldades, até mesmo a infertilidade do casal ou um de seus membros, podem trazer sérios prejuízos ao relacionamento conjugal.

Dentre as principais técnicas atualmente disponíveis, destacam-se: inseminação artificial, fertilização *in vitro* seguida de transferência de embriões, transferência intratubária de gametas e transferência intratubária de zigotos, gestação por mãe substituta.

Qualquer dessas técnicas pode ser utilizada ora de forma homóloga ora de forma heteróloga, o que será definido de acordo com a proveniência do material biológico utilizado para a fecundação. Será homóloga quando os gametas utilizados para a fecundação artificial forem do casal interessado na procriação. (CORRÊA; COSTA, [200-]).

Será heteróloga quando, na impossibilidade de um ou de ambos os interessados na procriação doarem os seus próprios gametas, forem utilizados gametas de terceiros na fecundação.

A forma heteróloga pode ser apresentada em três formas: a primeira é a reprodução heteróloga unilateral a patre, que é quando o terceiro é doador do espermatozoide; a segunda é a reprodução heteróloga a madre, que tem a terceira pessoa como doadora do óvulo, o qual será fecundado *in vitro*, para depois ser transferido para o útero da mulher que deseja procriar; e por último a reprodução heteróloga bilateral, que é quando ocorre a doação por terceiros tanto do espermatozoide como do óvulo, sendo a fertilização realizada *in vitro* e após transferido para o útero da mulher que gerará o embrião implantado.

Conforme dito acima, a Inseminação Artificial heteróloga dá-se quando utilizado o sêmen de outro homem, normalmente doador anônimo, e não o do marido, para a fecundação do óvulo da mulher.

Tal procedimento, ao contrário da inseminação artificial homóloga, gera dúvidas no que tange à filiação, visto que a criança gerada através dessa técnica possuirá pais biológicos diversos daqueles que irão lhe registrar e acolher.

As exigências são que a mulher seja capaz e, que o marido ou o companheiro tenha concordado de maneira livre e consciente. Se o marido autorizou a inseminação artificial heteróloga não poderá negar a paternidade em razão da origem genética, nem poderá ser admitida investigação de paternidade, com idêntico fundamento. O pai biológico também não poderá intentar ação contra o pai não biológico, marido da mãe, para impugnar a paternidade.

Com isso as inseminações artificiais feitas sem o consentimento do companheiro não dão a possibilidade de entrar com pedido de alguns direitos gerados pelo casamento, uma vez que o Código Civil de 2002 deixa expresso que se tenha a prévia autorização do marido, o que se faz crer que, mesmo que seja utilizado sêmen de um terceiro doador, é necessário que o casal seja casado, ou presume-se que vivam em união estável. Não estabelece a Lei Civil se o consentimento deve ser expresso ou tácito.

As cláusulas do contrato de união estável entre pessoas do mesmo sexo podem tratar de todos os assuntos concernentes a direitos disponíveis, inclusive sendo permitido aos conviventes que estabeleçam outra espécie de regime de bens que não o da comunhão parcial.

Com a igualdade imposta por decisões do STF, os companheiros agora podem requerer pensão, estabelecer o regime de bens, suceder à herança, bem como requerer benefícios previdenciários e a adoção conjunta, entre obter a concessão de outros direitos previstos para a união estável.

Apesar do artigo 1597, V, do CCB/2002, mencionar a expressão “marido”, faz prevalecer às decisões do STF e STJ, que como foi dito, igualou a união estável com a união homossexual, tendo os mesmos direitos e deveres. Portanto, se tem os mesmos efeitos para autorização da companheira não gestante nas uniões homoafetivas femininas.

A possibilidade da concessão do direito aos alimentos gravídicos na união homoafetiva, nesse sentido, depende da vontade das duas partes. Nesta união, caso ocorra, futuramente, a separação do casal homoafetivo feminino, independente do motivo, é parte legítima a gestante da união homoafetiva no pedido a alimentos gravídicos, uma vez que está sujeita a todas as despesas geradas pelo período de gravidez que a Lei 11.804/2008 descreve em seu artigo 2º.

Após a decisão de equiparação da união homoafetiva com a união estável dando os mesmo direitos e deveres, principalmente no que tange a direitos alimentícios, faz com que

seja incluso o casal homoafetivo feminino na Lei dos Alimentos Gravidicos, isto porque, a gestante homoafetiva corre os mesmos riscos de não arcar financeiramente com a gravidez.

Da inseminação artificial heteróloga feita na união homoafetiva feminina com prévia autorização da companheira, seja ela tácita ou expressa, são considerados filhos na constância da união, portanto estes têm direito e deveres, tais como sucessão e alimentos.

Seria possível então incluir os casais homoafetivos femininos na Lei nº 11.804/08, desde que fique declarado na inseminação artificial heteróloga que houve consentimento das duas partes, afirmando que o feto gerado é filho do casal homoafetivo feminino

CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou demonstrar a possibilidade do pedido de alimentos, incluindo os gravídicos, da companheira, após o rompimento da união estável homoafetiva.

A convivência pública, duradoura e contínua entre homem e mulher com o objetivo de constituir família, união estável, veio a ganhar força com a Carta da República de 1988 em seu artigo 226, parágrafo terceiro.

No tocante aos alimentos, a Lei n. 8.971/1994 foi a primeira a assentar, valendo-se da remissão à Lei n. 5.478/1968, tal direito expressamente à companheira. Não se pode olvidar que, apesar desse marco, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sempre se orientou no sentido de que os alimentos são devidos à companheira mesmo quando a união fora rompida em período anterior ao advento deste normativo.

Posteriormente, os alimentos aos companheiros foram objeto de reafirmação pelo artigo 7º da Lei n. 9.278/1996, pelo qual afirma que dissolvida a união estável por rescisão, a assistência material prevista nesta Lei será prestada por um dos conviventes que dela necessitar, a título de alimentos.

O Código Civil de 2002, na linha de suas diretrizes da socialidade, cunha de humanização do Direito e de vivência social, da eticidade, na busca da solução mais justa e equitativa, e da operabilidade, alcançando o direito em sua concretude, previu em seu artigo 1.694 que: “Podem os parentes , os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação.”

O direito a alimentos do companheiro que se encontra em situação precária e de vulnerabilidade assegura a máxima efetividade do interesse prevalente, a saber, o mínimo existencial, com a preservação da dignidade do indivíduo, conferindo a satisfação de necessidade básica humana.

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento conjunto da ADPF n. 132 e da ADI n.4.277/DF, conferiu ao artigo 1.723 do Código Civil de 2002 interpretação conforme à Constituição para dele excluir todo significado que impeça o reconhecimento da união contínua, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar, entendida esta como sinônimo perfeito de família.

Assim, a conclusão que se extrai no cotejo de todo ordenamento jurídico é que a isonomia entre casais heteroafetivos e homoafetivos somente ganha plenitude de sentido se desembocar no igual direito subjetivo à formação de uma autonomizada família, incluindo-se

aí o reconhecimento do direito à sobrevivência com dignidade por meio do pensionamento alimentar.

A Lei 11.804/08 tem um importante papel dentro do ordenamento jurídico brasileiro, trazendo a positivação da obrigação alimentar do futuro pai para com a mulher gestante de seu filho, mas ao mesmo tempo deixa de esclarecer todos os pontos pertinentes à questão.

O instituto é dos mais importantes existentes em nosso ordenamento jurídico pátrio, garantindo aos alimentados as condições necessárias para sua subsistência e a manutenção de sua vida.

Os alimentos gravídicos garantem à mulher gestante um auxílio legal de seu companheiro durante o período da gravidez, porém trazem à tona uma importante discussão, que caminha para o caminho do reconhecimento social e legal, que é o da família homoafetiva.

A sociedade dos dias de hoje já vivencia e convive com a chamada família homoafetiva, que é aquela formada por pessoas do mesmo sexo, mas com o intuito de construir uma vida em comum, com desejos e aspirações de qualquer casal.

A família não pode ser reduzida àquela visão atrasada de um homem e uma mulher se unindo para terem filhos, mas deve ser interpretada sob um ponto de vista mais atual, ou seja, família é aquele local onde duas ou mais pessoas se unem em busca de carinho, afeto e amor.

Nada impede que a família homoafetiva feminina, formada por mulheres companheiras, tenha aspirações maternais e decida ter um filho, que pode vir a ser concebido de inúmeras formas, entre elas a adoção e a inseminação artificial.

A inseminação artificial é uma realidade na sociedade moderna, sendo o meio escolhido por vários casais para concretizarem o desejo de terem seus filhos, auxiliando-os e oferecendo todo o aparato necessário para que eles se desenvolvam e amadureçam de melhor forma possível.

Caso o casal homoafetivo feminino resolva optar pela inseminação artificial e uma das companheiras fique grávida é fato que o desejo em buscar essa gravidez foi das duas companheiras, que chegaram juntas ao consenso de que a maternidade seria o mais importante passo do casal, sendo que caso ocorra o rompimento da relação durante o período da gravidez planejada por ambas, a companheira grávida não pode ser ver desamparada e sozinha nesse momento tão delicado e única da existência da mulher.

Apenas se ocorresse uma inseminação artificial com o consentimento das duas companheiras seria possível incluir os casais homoafetivos femininos na Lei nº 11.804/08. O direito dos alimentos gravídicos na união homoafetiva feminina, quando a inseminação

artificial é heteróloga, seria legítima casa a essas mulheres formadores de uma família homoafetiva tenham, por comum acordo, decidido ter filhos, a fim de propagar suas sabedorias e seus ensinamentos para outro ser humano.

É necessário a utilização de princípios como o da analogia e da dignidade da pessoa humana para se alcançar um entendimento mais humana e social dessa questão e se afastar de uma visão machista e positivista ainda existente em nossa sociedade em pleno século XXI.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fabiana Cristina de; VALADARES, Maria Goreth Macedo. **Alimentos grávidicos**: a lei vetada e sancionada. Disponível em: <<http://www.sintese.com>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional**. 9.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2000.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 16 set. 2015.

_____. Instituto Nacional de Seguridade Social. Instrução Normativa INSS/DC nº 25 de 7 de junho de 2000. Estabelece, por força de decisão judicial, procedimentos a serem adotados para a concessão de benefícios previdenciários ao companheiro ou companheira homossexual. **Diário Oficial**, 8 jun. 2000. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/38/INSS-DC/2000/25.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 16 set. 2015.

_____. Lei nº 11.804, de 5 de novembro de 2008. Disciplina o direito a alimentos grávidicos e a forma como ele será exercido e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 6 nov. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111804.htm>. Acesso em: 16 set. 2015.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Resp nº 1.302.467-SP. Quarta Turma. Relator: Min. Luis Felipe Salomão. Julgado em: 3 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/176408214/andamento-do-processo-n-1302467-sp-do-dia-25-03-2015-do-stj>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. _____. Resp nº 1415727 SC 2013/0360491-3. Quarta Turma. Relator: Min. Luis Felipe Salomão. Julgado em: 15 out. 2014. DJ., 30 out. 2014.

_____. _____. REsp nº 1178233/RJ. Quarta Turma. Relator: Min. Raul Araújo. Julgado em: 6 nov. 2014. DJe., 9 dez. 2014.

_____. _____. RHC nº 27.861/MS. Quarta Turma. Relator: Min. João Otávio de Noronha. Julgado em: 19 out. 2010. DJe., 27 out. 2010.

_____. Supremo Tribunal Federal. ADI n. 4.277/DF e ADPF 132/RJ. Tribunal Pleno. Relator: Min. Ayres Britto. Julgado em: 5 mai. 2011. DJe -198, 13 out. 2011. Disponível em: <<http://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/20627236/acao-direta-de-inconstitucionalidade-adi-4277-df-stf>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 20120002671-4-SP. Disponível em: <www.tjsp.jus.br>. Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Apelação Cível n. 70006844153. Relatora: Des Rita Krieger Martins. Julgado em: 18 dez. 2003. Disponível em: <<http://www.tjrs.jus.br>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

CAHALI, Yussef Said. **Dos Alimentos**. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

CORRÊA, Marilena C. D. V; COSTA, Cristiano. Reprodução Assistida: conceitos e linguagem. **Ghente**, [200-]. Disponível em: <<http://www.ghente.org>>. Acesso em: 13 ago. 2015.

COSTA, Márcia. **Convivência *more uxoria* na perspectiva de harmonização do direito da família europeu: uniões homossexuais**. Lisboa: Coimbra, 2011.

DIAS, Maria Berenice. **Direitos das famílias por juristas brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. **Direitos das famílias**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

_____. **Manual de direito das famílias**. 4. ed. Porto Alegre: Revista dos Tribunais, 2007.

FACHIN, Luiz Edson. **Elementos Críticos do Direito de Família: Curso de Direito Civil**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

FARIAS, Cristiano Chaves de. **Direito das famílias**. 6. ed. São Paulo: Juspodvim, 2014.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Curso de Direito Civil brasileiro – Direito de Família**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2013, v. 6.

_____. _____. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, v. 6.

MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. **Novas modalidades de família na pós-modernidade**. São Paulo: Atlas, 2010.

NERY JÚNIOR, Nelson. **Constituição Federal Comentada**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 5.034, de 29 de maio de 2007. Acrescenta parágrafo ao art. 29 da lei nº 285/79, modificada pela lei nº 3.189/99, dispondo sobre a averbação, pelos servidores públicos estaduais, da condição de companheiros do mesmo sexo, para fins previdenciários e dá outras providências. Rio de Janeiro, 31 mai. 2007. Disponível em: <<http://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/87944/lei-5034-07>>. Acesso em: 16 set. 2015.

ROCHA, Carmem Lúcia Antunes (Coord.). **O direito à vida digna**. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.